

RELATÓRIO SEMESTRAL DE PROGRESSO DO PROGRAMA E SUAS AÇÕES

PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL



Março, 2023

João Pessoa – PB

ORGANISMO FINANCIADOR	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
MUTUÁRIO	Prefeitura Municipal de João Pessoa Cícero Lucena Prefeito
ORGANISMO EXECUTOR	Prefeitura Municipal de João Pessoa
UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA – UEP	Antônio Elizeu de Medeiros Coordenador Geral do Programa Dorgival Vilar Coordenador Executivo do Programa Eduardo Silveira Frade Assessor jurídico Mayara Santos Assessor jurídico Rejane Negreiros Assessora de Comunicação Mariana Moura Fontenelete de Brito Assessora Técnica - Coordenação Geral Vandeivi Amâncio Presidente da Comissão Especial de Licitação Ana Cristina Muniz de Menezes Assessora Técnica – Comissão Especial de Licitação Joseuma de Souza Barbosa Coordenador de Fortalecimento da Gestão Pública Bruno Reis Crispim Coordenador de Tecnologia da Informação Thais Gidi Portella Coordenação de Aspectos Ambientais Joelma Medeiros Coordenação de Aspectos Sociais Caio Mario Silva e Silva Coordenação de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade

Andrea Teixeira

Coordenação do Centro de Cooperação da Cidade

Ana Cristina Silva Gomes

Assessora Técnica – Centro de Cooperação da Cidade

Juliana de Oliveira Medeiros

Coordenadora Administrativa e Financeira

Vinicius Eduardo Mendes de Menezes

Assessor Técnico - Administrativo e Financeiro

Lista de Figuras

Figura 1 - Localização Geográfica João Pessoa	15
Figura 2 - Regiões de Atuação do Programa	16
Figura 3 - Complexo Beira Rio	17
Figura 4 - Marcos do Programa.....	18
Figura 5 - EAP - Estrutura Analítica do Programa.....	19
Figura 6 - EAP Componente I.1.....	20
Figura 7 - EAP Componente I.2.....	21
Figura 8 – Organograma	23
Figura 9 – Quadro de Custos do Programa, em dólares (US\$)	26
Figura 10 - Quadro financeiro comparativo.....	27
Figura 11 - Fluxo de Caixa até 31/12/2022	32
Figura 12 - Painel de Indicadores Sociais do CBR.....	35
Figura 13 - Dificuldades e Superações Saturnino de Brito	38
Figura 14 - Dificuldades e Superações Colinas de Gramame.....	39
Figura 15 - Dificuldades e Superações São José	39
Figura 16 - Região de Implantação do Residencial Colinas de Gramame	56
Figura 17 - Residencial Colinas de Gramame	56
Figura 18 - Região de Implantação do Residencial Saturnino de Brito	58
Figura 19 - Residencial Saturnino de Brito	58
Figura 20 - Região de Implantação do Residencial Novo São José	60
Figura 21 - Residencial Novo São José	60
Figura 22 - Região de Implantação do Residencial Vista Alegre -	62
Figura 23 - Residencial Vista Alegre.....	62

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Desembolso (2022)	27
Gráfico 2 - Desembolso Acumulado	28
Gráfico 3 - Execução Financeira (2022)	28
Gráfico 4 - Execução Financeira (2022) – Componente I.1	29
Gráfico 5 - Execução Financeira (2022) – Componente I.2	30
Gráfico 6 - Execução Financeira (2022) – Componente II	30
Gráfico 7 - Execução Financeira Acumulada (BID)	31
Gráfico 8 - Execução Financeira Acumulada (PMJP)	31

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Atendimento do Programa João Pessoa Sustentável às Políticas e Salvaguardas ambientais aplicáveis	40
Tabela 2 - Plano Diretor Municipal atualizado	46
Tabela 3 - Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal	48
Tabela 4 - Plano de economia de Baixo Carbono elaborado	48
Tabela 5 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática	49
Tabela 6 - Plano Municipal de redução de riscos	50
Tabela 7 - Serviço de elaboração do Plano de Risco e Desastre	50
Tabela 8 - Centro de Cooperação da Cidade – CCC	51
Tabela 9 - Construção da Edificação.	53
Tabela 10 - Serviço de implantação de sistema de sinalização semafórico inteligente	53
Tabela 11 - Contratação de 3 profissionais de TI para gestão da implantação do CCC	54
Tabela 12 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	55
Tabela 13 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	55
Tabela 14 - Saturnino de Brito	57
Tabela 15 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)	57
Tabela 16 - Conjunto Habitacional São José com Infraestrutura	59
Tabela 17 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura	59
Tabela 18 - Implantação do Residencial Vista Alegre	61
Tabela 19 - Implantação do Residencial Vista Alegre	61
Tabela 20 - Urbanização integrada de áreas subnormais do Complexo Beira Rio	63
Tabela 21 - Consultoria para elaboração do Projeto de Habitação Sustentável	65
Tabela 22 - Consultoria para elaboração dos projetos de infraestrutura do CBR	65
Tabela 23 - Obras de construção das 565 Unidades habitacionais	66
Tabela 24 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio	66
Tabela 25 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR.	67
Tabela 26 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR	67
Tabela 27 - Obras de construção das 110 Unidades habitacionais pelo Reassentamento Rotativo	67
Tabela 28 - Reassentamento e atividades sociais	68

Tabela 29 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do PDC no CBR	69
Tabela 30 - Recuperação do Antigo Lixão do Roger	69
Tabela 31 - Desapropriação/Indenização da área do antigo Lixão do Roger	70
Tabela 32 - Consultoria para elaboração dos projetos para o Antigo Lixão do Roger	70
Tabela 33 - Modelo de Gestão dos Contribuintes	72
Tabela 34 - Aquisição de ferramenta tecnológica	72
Tabela 35 - Planta PGV atualizada	73
Tabela 36 - Aquisição de software	73
Tabela 37 - Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV	74
Tabela 38 - Novo sistema de administração tributária	74
Tabela 39 - Solução Integrada de Gestão Tributária	75
Tabela 40 - Programa de Educação Fiscal	75
Tabela 41 - Contratação de empresa para desenvolver software	76
Tabela 42 - Data Center	77
Tabela 43 - Aquisição de Infraestrutura Data Center	77
Tabela 44 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de TI	78
Tabela 45 - Serviços de adequação da rede elétrica, lógica e civis da infraestrutura física, instalação de software, suporte técnico e treinamento para o Data Center.	78
Tabela 46 - Secretarias com plano de reestruturação	79
Tabela 47 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA)	80
Tabela 48 - Aquisição de equipamento para o setor de veterinária do Zooparque	80
Tabela 49 - Software para elaboração de projetos de engenharia para a PMJP	81
Tabela 50 - Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita	81
Tabela 51 - Consultoria para atualização (processos) de fiscalização de obras	82
Tabela 52 - Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque	82
Tabela 53 - Escola de Governo EAD	83
Tabela 54 - Consultoria para elaboração da proposta pedagógica da Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município	84
Tabela 55 - Sistema de Gestão financeira e contábil	84
Tabela 56 - Contratação para implantação e desenvolvimento do Sistema financeiro e contábil	85
Tabela 57 - Aquisição de softwares licenciados para as secretarias com o Plano de	

reestruturação	85
Tabela 58 - Sistema de atuação da Defesa Civil	86
Tabela 59 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil	86
Tabela 60 - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada	87
Tabela 61 - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP	87
Tabela 62 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática	88
Tabela 63 - Apoio ao Gerenciamento PJ	89
Tabela 64 - Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA)	89
Tabela 65 - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro	90
Tabela 66 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)	90
Tabela 67 - Consultores individuais	91
Tabela 68 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de implantação do CCC	91
Tabela 69 - Equipe local	92
Tabela 70 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa	92
Tabela 71 – Supervisão de Obras	93
Tabela 72 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia	93
Tabela 73 - Monitoramento e Avaliação - Componente I e Componente II	94
Tabela 74 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa	95
Tabela 75 - Programas 4,5,14 e 15 do MGAS	95
Tabela 76 - Contratação de Empresa Especializada para Trabalho Social	96
Tabela 77 - Programa de Mitigação de Acúmulo de Lixo e Sedimentos no Rio Jaguaribe	96
Tabela 78 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe - Programa 8 do MGAS	97
Tabela 79 - Consultoria para elaboração do projeto de desassoreamento do Rio Jaguaribe	98
Tabela 80 - Programa de Controle de vetores de doenças	98
Tabela 81 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças	99
Tabela 82 - Planos de Contingência	99
Tabela 83 - Intervenções de emergência do Plano de Contingencia - Programa 17 do MGAS.	100

Lista de Abreviaturas

APP	Áreas de Preservação Permanente
AAS/PGAS	Avaliação Ambiental e Social / Plano de Gestão Ambiental e Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAU-PB	Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba
CB	Corpo de Bombeiros
CBR	Complexo Beira Rio
CCC	Centro de Cooperação da Cidade
CEL	Comissão Especial de Licitação
CGM	Controladoria Geral do Município
CGP	Comitê de Gestão do Programa
CH	Conjunto Habitacional
COPAD	Comissão Permanente de Avaliação e Desapropriação
COVID-19	Novo Coronavírus
CREA-PB	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba
EAD	Ensino à Distância
ELO'S	Escritórios Locais de Gestão
ETP	Estudo Técnico Preliminar
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LPI	Licitação Pública Internacional
LPN	Licitação Pública Nacional
MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social
PDT	Plano de Desenvolvimento do Território

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de julho à dezembro de 2022

PERR	Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização
PGM	Procuradoria Geral do Município
PGV	Planta Genérica de Valores
PM	Polícia Militar
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PPA	Planos Plurianuais
PRAD	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
PRF	Polícia Rodoviária Federal
SBQC	Seleção Baseada na Qualidade e Custo
SDP	Solicitação de Propostas
SEAD	Secretaria de Administração
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDURB	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEFIN	Secretaria de Finanças
SEMAM	Secretaria de Meio Ambiente
SEM HAB	Secretaria Municipal de Habitação Social
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SIGEF	Sistema de Gestão Financeira
TdR	Termo de Referência
TI	Tecnologia da Informação
UEP	Unidade Executora do Programa
ZEP2	Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA	18
2.1. OBJETIVO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL.....	19
2.2. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES DE INVESTIMENTO	19
2.2.1. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE.....	20
2.2.2. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	21
2.3. ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA	22
3. ASPECTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA	26
3.1. DO DESEMBOLSO	27
3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA	28
3.3. SALDO EM CAIXA	32
4. ASPECTOS SOCIAIS DO PROGRAMA	33
5. ASPECTOS AMBIENTAIS DO PROGRAMA.....	40
6. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE.....	46

6.1. SUBCOMPONENTE I.1.1 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO URBANA	46
6.1.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	46
6.1.2. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA.....	48
6.1.3. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS.....	50
6.1.4. CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE	51
6.2. SUBCOMPONENTE I.1.2 – FINANCIAMENTO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS INTEGRAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS	55
6.2.1. CONJUNTO HABITACIONAL COLINAS DE GRAMAME.....	55
6.2.2. CONJUNTO HABITACIONAL SATURNINO DE BRITO	57
6.2.3. CONJUNTO HABITACIONAL SÃO JOSÉ E INFRAESTRUTURA	59
6.2.4. IMPLANTAÇÃO DO RESIDENCIAL VISTA ALEGRE.....	61
6.3. SUBCOMPONENTE I.1.3 – MELHORAMENTO DO HABITAT EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES VULNERÁVEIS.....	63
6.3.1. URBANIZAÇÃO INTEGRADA DE ÁREAS SUBNORMAIS NO COMPLEXO BEIRA RIO 63	
6.3.2. REASSENTAMENTO E ATIVIDADES SOCIAIS	68
6.3.3. RECUPERAÇÃO DO ANTIGO LIXÃO DO ROGER.....	69
7. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	72

7.1. SUBCOMPONENTE I.2.1 – MELHORAMENTO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA.....	72
7.1.1. MODELO DE GESTÃO DOS CONTRIBUINTES.....	72
7.1.2. PLANTA GENÉRICA DE VALORES.....	73
7.1.3. NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	74
7.1.4. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL.....	75
7.1.5. DATA CENTER.....	77
7.2. SUBCOMPONENTE I.2.2 – MELHORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA..	79
7.2.1. SECRETARIAS COM PLANO DE REESTRUTURAÇÃO.....	79
7.2.2. ESCOLA DE GOVERNO EAD (ENSINO À DISTÂNCIA).....	83
7.2.3. SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL.....	84
7.2.4. SISTEMA DE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL.....	86
7.2.5. INFRAESTRUTURA FÍSICA DE TI APERFEIÇOADA.....	87
7.2.6. SISTEMA DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA IMPLANTAÇÃO DE FIREWALL NA PMJP.....	87
8. COMPONENTE II – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA.....	89

8.1. SUBCOMPONENTE II.1 – UEP E AUDITORIA	89
8.1.1. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ	89
8.1.2. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ FINANCEIRO	90
8.1.3. CONSULTORES INDIVIDUAIS	91
8.1.4. EQUIPE LOCAL	92
8.1.5. SUPERVISÃO DE OBRAS	93
8.2. SUBCOMPONENTE II.2 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	94
8.2.1. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	94
8.3. SUBCOMPONENTE II.3 – PROGRAMA DO MGAS	95
8.3.1. TRABALHO SOCIAL	95
8.3.2. INTERVENÇÕES NO RIO JAGUARIBE	96
8.3.3. PROGRAMA DE CONTROLE DE VETORES DE DOENÇAS	98
8.3.4. PLANOS DE CONTIGÊNCIA	99
9. COMUNICAÇÃO	101
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO PROGRAMA	105
11. ANEXO I	106
12. ANEXO II	107

1. INTRODUÇÃO

O município de João Pessoa é uma cidade de médio porte, capital do Estado da Paraíba, localizada na Região Nordeste do Brasil. João Pessoa trata-se do principal centro econômico, financeiro e cultural do Estado da Paraíba. Entre 2000 e 2010, o município apresentou um crescimento populacional expressivo, com um crescimento de 21% na década de 2000. Seus dados de espaço geográfico e populacional são representados pelas seguintes características, especificações e a Figura 1:

-  No litoral paraibano, ou seja, região leste do Estado;
-  Ocupa uma extensão territorial de 210.044Km² (estimativa IBGE, 2019);
-  825.796 habitantes no Município de João Pessoa (estimativa IBGE, 2021);
-  Possui densidade demográfica de 3.421,28 habitantes/Km² (estimativa IBGE, 2010);
-  1.099.360 habitantes na Região Metropolitana (estimativa IBGE, 2018);
-  IDH Município de João Pessoa = 0,763 – Superior ao IDH Paraíba = 0,658 (PNUD,2005).

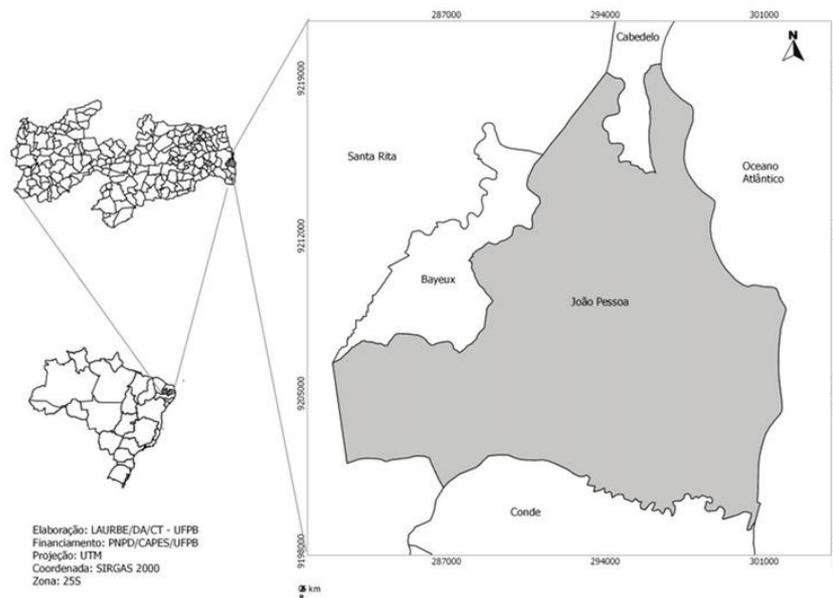


Figura 1 - Localização Geográfica João Pessoa

Fonte: Batista (2019).

O BID, através do Programa “Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis” (ICES), contemplou a cidade de João Pessoa por meio do Plano de Ação João Pessoa Sustentável, realizado com a colaboração da CAIXA, Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento

Educacional (FADUROE), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), em um processo participativo desenvolvido entre junho de 2013 e junho de 2014.

A ICES visou integrar a sustentabilidade ambiental e fiscal, o desenvolvimento urbano e a governança; além de promover o apoio a ações que proporcionem serviços básicos e garantam a proteção ao meio ambiente, bem como níveis adequados de qualidade de vida e emprego. Como resultado da aplicação da ICES em João Pessoa, uma das prioridades do município identificadas foi desenvolver mecanismos para diminuir a desigualdade urbana observada na cidade e desempenhar um papel mais relevante no ordenamento do território.

O Programa possui o objetivo geral de promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa, por meio da melhoria urbana, econômica e da gestão municipal. A Figura 2 apresenta regiões na cidade de João Pessoa onde o Programa atua para levar o Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável. Como também, pode ser observado na Figura 3 a região do Complexo Beira Rio, onde comunidades serão contempladas pelas ações de desenvolvimento do programa.

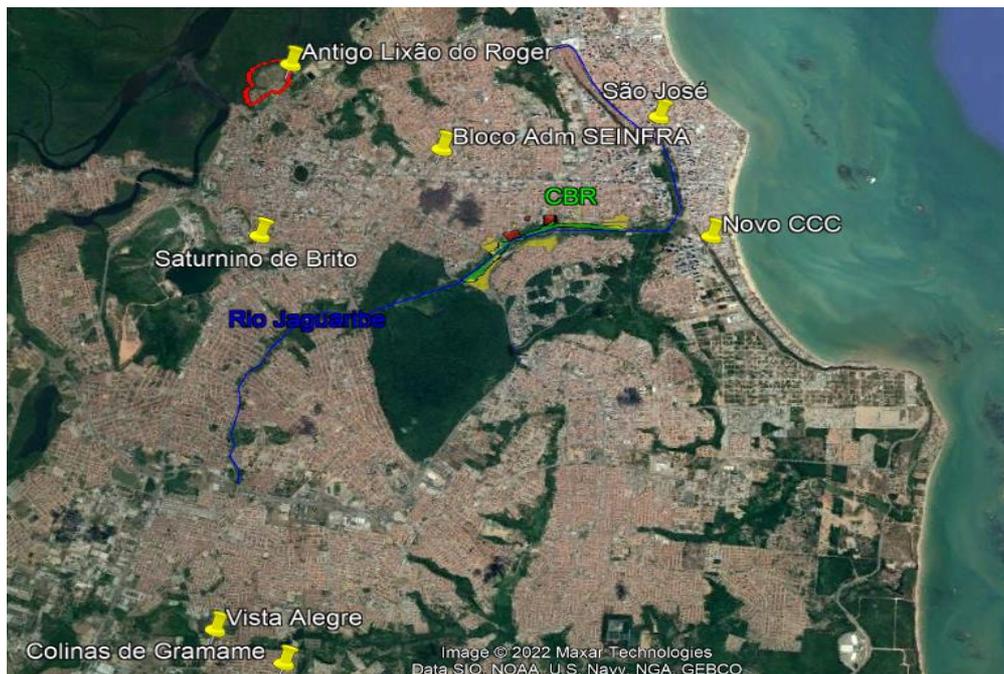


Figura 2 - Regiões de Atuação do Programa

Fonte: Google Earth (2022).



Figura 3 - Complexo Beira Rio

Fonte: Consorcio Engeconsult/Tecgeo (2022)

2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA

A Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID assinaram contrato de empréstimo nº 4444/OC-BR. BRL 1421 – João Pessoa em 20/12/2018 referente ao Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa.

O contrato assinado é uma operação de crédito externo que foi autorizado pelo Senado Federal, através da Resolução nº 29/2018.

- Data de aprovação pela diretoria do Banco: 13/12/2017
- Data de assinatura do contrato: 20/12/2018
- Data de elegibilidade para o 1º desembolso: 19/12/2019
- Data do primeiro desembolso: 15/01/2020
- Fim do prazo de execução do contrato: 20/06/2024
- Fim do prazo de execução do contrato com 1º Aditivo: 20/06/2026
- Prazo de execução (com aditivo): 90 meses**



Figura 4 - Marcos do Programa

Fonte: Instituto Aquila (2023)

2.1. OBJETIVO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

Os objetivos do programa João Pessoa Sustentável são:

Objetivo Geral:	Promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, econômica e de gestão municipal
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a desigualdade urbana, modernizar os instrumentos de planejamento urbano e a prestação de serviços; • Modernizar a administração pública e fiscal com modelo de gestão por resultados e reestruturação da área de receita.

2.2. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES DE INVESTIMENTO

O Programa João Pessoa sustentável está dividido em dois componentes, conforme apresentado na Figura 5:

-  Componente de Investimento;
-  Componente de Gestão e Administração do Programa, com atividades ligadas à administração, monitoramento, auditoria e avaliação do programa.

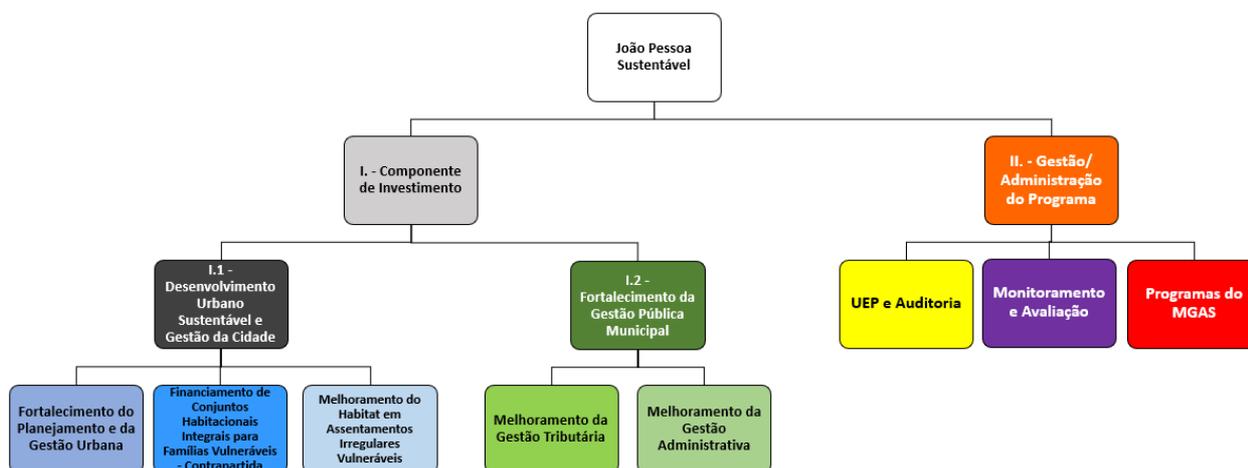


Figura 5 - EAP - Estrutura Analítica do Programa

Fonte: Instituto Aquila (2021)

Para atingir os objetivos do Programa, o componente de Investimento está dividido nos componentes:

-  I.1 Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade e
-  I.2 Fortalecimento da Gestão Pública Municipal, a seguir identificados e descritos.

2.2.1. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE

O Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade, apresentado na Figura 6, apoia a diminuição das desigualdades urbanas e o planejamento para a modernização da gestão urbana. Financia:

- (i) Elaboração dos projetos básicos e executivos de urbanização integrada de áreas subnormais nos Complexos Beira Rio - CBR;
- (ii) Infraestrutura urbana como redes de esgoto, de drenagem, pavimentação de vias e construção de equipamentos públicos e de lazer no Complexo Beira Rio - CBR;
- (iv) Atividades e obras visando a recuperação do antigo lixão do Roger;
- (iv) Construção de aproximadamente 2.949 unidades habitacionais para população de baixa renda;
- (v) Reassentamento de cerca de 840 famílias do Complexo Beira Rio - CBR com a devida regulamentação fundiária;
- (vi) Melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano e ambiental;
- (vii) Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos a Desastres Naturais;
- (viii) Plano Municipal de Descarbonização e Adaptação Climática;
- (ix) Plano de Ação para Desenvolvimento Econômico das comunidades da Região do Complexo Beira Rio - CBR, e
- (x) Implantação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC), contemplando o atendimento integrado a emergências, situações de risco, segurança pública e mobilidade.

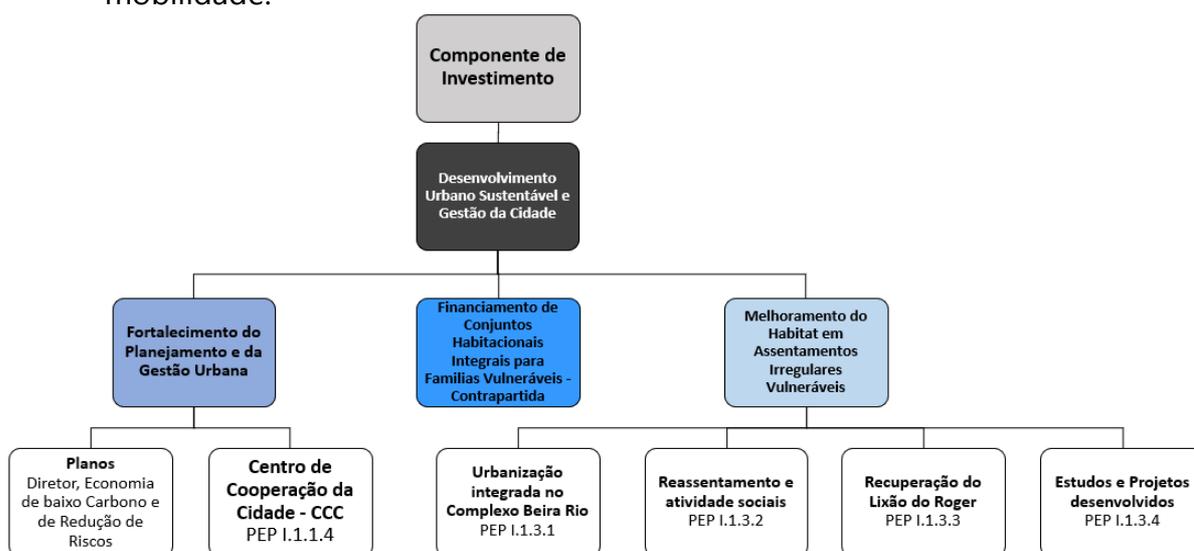


Figura 6 - EAP Componente I.1

Fonte: Instituto Aquila (2021)

2.2.2. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

O Componente I.2, apresentado na Figura 7, financia as seguintes ações:

- 🌐 Reestruturação organizacional das secretarias envolvidas;
- 🌐 Atualização da planta genérica de valores;
- 🌐 Implantação do novo modelo de gestão dos contribuintes;
- 🌐 Implantação do novo modelo de cobrança;
- 🌐 Desenvolvimento de um novo sistema de administração tributária;
- 🌐 Implantação do modelo de gestão do patrimônio municipal;
- 🌐 Implantação da escola de governo;
- 🌐 Implantação do novo modelo de gestão de compras;
- 🌐 Implantação do programa de educação fiscal;
- 🌐 Implantação do novo modelo de inteligência fiscal;
- 🌐 Virtualização dos processos administrativos por meio do processo eletrônico;
- 🌐 Implantação do modelo de gestão financeira e contábil;
- 🌐 Redefinição do modelo de assistência social do município;
- 🌐 Melhoria do modelo de atuação da Defesa Civil;
- 🌐 Aperfeiçoamento da infraestrutura física e de tecnologia da informação, e
- 🌐 Implantação do Data Center em uma Sala Segura, certificada e com padrões de segurança internacionais.

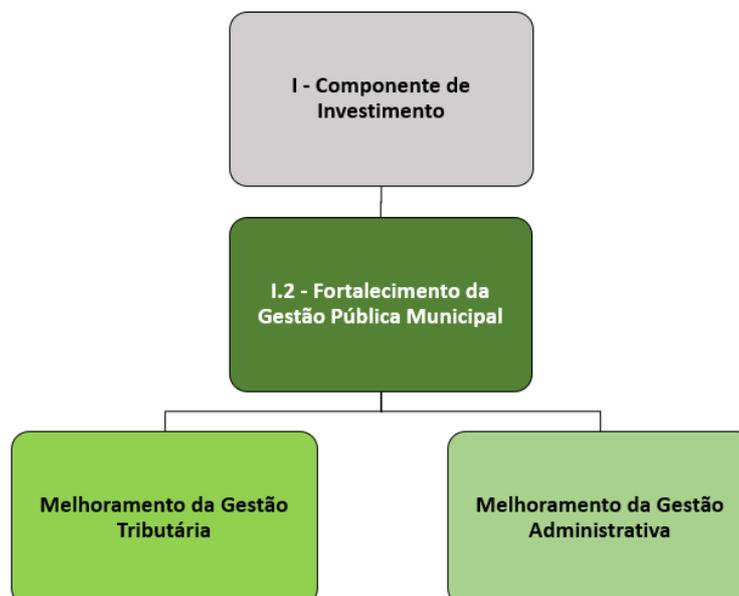


Figura 7 - EAP Componente I.2

Fonte: Instituto Aquila (2021)

2.3. ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

O Órgão Executor do Programa é o Município de João Pessoa, por meio da Unidade Executora de Programa (UEP), criada pelo Medida Provisória 67/2018, convertida na Lei de nº 13.676/2018, publicada no Semanário Oficial do Município de 23 a 29 /12/2018, Edição Extra. Para a articulação institucional foi criado o Comitê de Gestão do Programa (CGP), com competência e atribuições de aconselhamento e acompanhamento.

Para as ações relacionadas com a comunicação social do Programa, a UEP conta com o apoio da Secretaria de Comunicação Social que tem por missão levar a informação ao cidadão, de forma completa, transparente e democrática.

A execução do Programa está, portanto, centralizada no Gabinete do Prefeito Municipal que, por intermédio da Unidade Executora do Programa (UEP), tem a responsabilidade de planejar e realizar a gestão técnica, administrativa e fiduciária, bem como o monitoramento e a avaliação do Programa, com base em sua Matriz de Resultados.

Os desembolsos do empréstimo ingressam em conta específica em nome do Programa na Secretaria de Finanças (SEFIN).

Para atuar durante o prazo da execução do Programa, foi criada a Comissão Especial de Licitações (CEL), específica para as licitações no âmbito do Gabinete do Prefeito, onde está vinculada a UEP. A CEL possui a finalidade de realizar todos os processos de seleção e contratação de consultorias, de aquisição de bens e serviços comuns e, em especial, da contratação de obras, realizados com recursos do financiamento.

A UEP está sendo apoiada por uma empresa de consultoria que lhe dá suporte no gerenciamento das ações do Programa, além de outra empresa que fará a supervisão das obras, incluindo ambiental, com o objetivo de prestar apoio técnico-operacional e disponibilizar especialistas nos temas afetos a cada um dos componentes.

Os processos de orçamento, reservas financeiras para aquisições, empenhos, contratações, reconhecimento de gastos, autorizações de pagamento e registro contábil seguem os trâmites usuais do Município de João Pessoa, com o apoio do sistema adotado para atendimento das normas existentes:

-  Lei Orçamentária Anual (LOA),
-  Planos Plurianuais (PPA),
-  Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A estrutura administrativa do programa é composta pelos seguintes membros, cuja estrutura é apresentada na figura 8:

- 🌐 Prefeito de João Pessoa - Desempenha função de articulação político-institucional,
- 🌐 Coordenador Geral da Unidade Executora de Programa (UEP) - Desempenha a função de execução da operação crédito;
- 🌐 Comitê Gestor do Programa (CGP) - Responsável por discutir assuntos relevantes, solucionar possíveis dificuldades e informar ao Prefeito sobre aspectos chave do Programa, além disso, será a instância encarregada pela aprovação dos projetos do componente Projetos Estratégicos;
- 🌐 Coordenação das ações - Secretarias e órgãos responsáveis pelas ações do programa em seu respectivo âmbito de competência;
- 🌐 Comissão Especial de Licitação (CEL) - Responsável pela execução dos processos licitatórios do programa; e
- 🌐 Membros da UEP, que são: Assessor Jurídico, Assessor de Comunicação, Assessoria Técnica, Coordenador de Tecnologia da Informação, Coordenador Administrativo e Financeiro, Coordenador do Centro de Cooperação da Cidade, Coordenador Geral, Coordenador Executivo, Coordenador de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Coordenador de Fortalecimento da Gestão Pública, Coordenador de Aspectos Sociais, Coordenadora de Aspectos Ambientais e a Equipe da Gerenciadora.

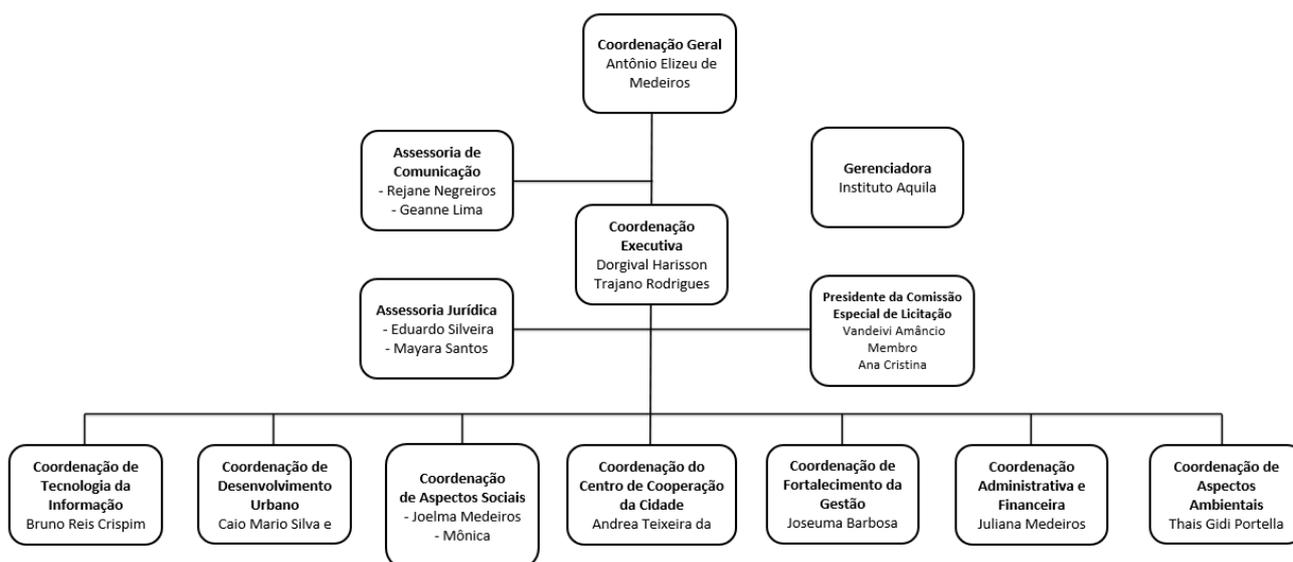


Figura 8 – Organograma

Fonte: Instituto Aquila (2023)

No final do segundo semestre de 2022 ocorreram algumas alterações no quadro da UEP, a Coordenação Executiva, que estava sendo conduzida pela Sra. Andreia Teixeira, agora é ocupada pelo Sr. Dorgival Vilar. Para a Coordenação Social, ocorreu uma diminuição na equipe, antes a Coordenadora Joelma Medeiros contava com o apoio da Sra. Norma Gouveia e a Sra. Vaneide Santos, porém, ambas tiveram de se ausentar, a Sra. Norma Gouveia foi

transferida para a Secretaria Social (SEDES) e a Sra. Vaneide Santos, recebeu a aprovação em um concurso e terá de se ausentar da UEP a partir de janeiro/2023. Para essas baixas, a UEP vem buscando com a Prefeitura repor a equipe e para o 1º semestre de 2023 já irá poder contar com o apoio da Sra. Mônica Gomes na Coordenação Social.

O CGP, presidido pelo Prefeito Municipal e auxiliado pelo Coordenador Geral da Unidade Executora do Programa (UEP), tem como membros efetivos, além do Prefeito, os titulares dos seguintes Órgãos e Entidades da Administração Indireta da PMJP e outros órgãos estaduais e federais. Este foi ampliado, conforme o Regulamento Operacional do Programa (ROP), revisado em abril/2021. Está previsto para o próximo semestre uma nova atualização do ROP, pelo motivo da assinatura do convênio com a CAGEPA.

PMJP

-  ✓Secretaria de Infraestrutura
-  ✓Secretaria da Receita
-  ✓Secretaria Habitação Social
-  ✓Secretaria de Desenvolvimento Urbano
-  ✓Secretaria de Desenvolvimento Social
-  ✓Secretaria de Finanças
-  ✓Secretaria de Planejamento
-  ✓Secretaria de Administração
-  ✓Secretaria de Meio Ambiente
-  ✓Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania
-  ✓Coordenadoria Proteção e Defesa Civil
-  ✓Procuradoria-Geral do Município
-  ✓Controladoria Geral do Município
-  ✓Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana
-  ✓Empresa Municipal de Limpeza Urbana

Outros órgãos da esfera estadual e federal

-  ✓Serviço de Atendimento Móvel de Urgência Outros Órgãos e Entidades do Estado da Paraíba e do Governo Federal
-  ✓Polícia Rodoviária Federal (PRF)
-  ✓Polícia Militar (PM)
-  ✓Corpo de Bombeiros (CB)

O Vice-Prefeito é o Vice-Presidente do Comitê e o substituto eventual do Prefeito. O CGP fará reuniões ordinárias semestrais, e extraordinárias, quando se fizer necessário. Será elaborado um Regimento Interno para o CGP, o qual definirá os procedimentos e atribuições específicas de cada um de seus membros. O ato legal que aprovará a formação do CGP e da

UEP também aprovará esse Regimento Interno.

A última reunião do CGP foi realizada em 2021, contando com a participação da atual formação do comitê. A próxima está prevista para ocorrer no 1º semestre de 2023.

3. ASPECTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA

De acordo com o Plano de Financiamento, item III, do Anexo Único do Contrato de Empréstimo N° 4444/OC-BR, o custo e financiamento total do Programa João Pessoa Sustentável é de US\$ 200 milhões, sendo US\$ 100 milhões financiados pelo BID e US\$ 100 milhões em contrapartida da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

A Figura 9 abaixo, apresenta a distribuição desses recursos entre seus componentes, e ainda, distingue aqueles que são advindos do empréstimo BID e dos provenientes da contrapartida da Prefeitura. Importante destacar, que o componente de investimento representa 94,02% do programa, no intuito de fomentar o desenvolvimento das demandas municipais, políticas públicas e o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Componentes/Subcomponentes	BID	PMJP	Total	%
I. Componente de Investimento	\$ 89.966.000	\$ 98.077.000	\$ 188.043.000	94,02%
I.1. Componente I. Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	\$ 65.111.000	\$ 98.077.000	\$ 163.188.000	81,59%
I.1.1 Subcomponente I: Fortalecimento do Planejamento e da Gestão Urbana	\$ 24.563.139	\$ 5.694.906	\$ 30.258.045	15,13%
I.1.2 Subcomponente II: Financiamento de Conjuntos Habitacionais Integrais para Famílias Vulneráveis	\$ -	\$ 57.547.852	\$ 57.547.852	28,77%
I.1.3 Subcomponente III: Melhoramento do Habitat em Assentamentos Irregulares Vulneráveis	\$ 40.547.861	\$ 34.834.242	\$ 75.382.103	37,69%
I.2. Componente II: Fortalecimento da Gestão Pública Municipal	\$ 24.855.000	\$ -	\$ 24.855.000	12,43%
I.2.1 Subcomponente I: Melhoramento da Gestão Tributária	\$ 13.275.972	\$ -	\$ 13.275.972	6,64%
I.2.2 Subcomponente II: Melhoramento da Gestão Administrativa	\$ 11.579.028	\$ -	\$ 11.579.028	5,79%
II. Gestão/ Administração do Programa	\$ 10.034.000	\$ 1.923.000	\$ 11.957.000	5,98%
II.1 Subcomponente I: UEP e Auditoria	\$ 7.653.000	\$ 1.923.000	\$ 9.576.000	4,79%
II.2 Subcomponente II: Monitoramento e Avaliação	\$ 469.000	\$ -	\$ 469.000	0,23%
II.3 Subcomponente III: Programas do MGAS (*)	\$ 1.912.000	\$ -	\$ 1.912.000	0,96%
Total	\$ 100.000.000	\$ 100.000.000	\$ 200.000.000	100,00%

Figura 9 – Quadro de Custos do Programa, em dólares (US\$)

Fonte: Contrato de Empréstimo N° 4444/OC-BR, atualizado pelo Aquila (2022)

Nesta esteira, destacamos também, que no semestre em questão foi aprovado um aditivo do contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o BID, que abarcou a revisão do valor de contrapartida de US\$ 100.000.000,00 para US\$ 59.400.000,00, conforme apresentado na figura 10, e a prorrogação do prazo de desembolso, que mudou de 20 de junho de 2024 para 20 de junho de 2026. Os detalhes do aditivo encontram-se disponíveis no documento “Pleito de alteração de termos do contrato de empréstimo”, firmado com o Banco.

Componentes/Subcomponentes	De			Para		
	BID	PMJP	Total	BID	PMJP	Total
Componentes de Investimento	89.966	98.077	188.042	89.966	57.477	147.443
Componente I. Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	65.111	98.077	163.187	65.111	57.477	122.588
Componente II. Fortalecimento da Gestão Pública Municipal	24.855	-	24.855	24.855	-	24.855
Gestão Administrativa do Programa	10.034	1.923	11.958	10.034	1.923	11.957
UEP e Auditoria	7.653	1.923	9.576	7.653	1.923	9.576
Monitoramento e Avaliação	469	0	469	469	0	469
Programas do MGAS	1.913	0	1.913	1.912	0	1.912
Total	100.000	100.000	200.000	100.000	59.400	159.400

Figura 10 - Quadro financeiro comparativo

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2022)

3.1. DO DESEMBOLSO

Sobre o indicador de desembolso, recursos solicitados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pontua-se que este vem evoluindo ao longo dos anos e, no ano de 2022 além de cumprir a programação prevista (Gráfico 1), atingiu o patamar de US\$ 17,5 milhões no acumulado (Gráfico 2), conforme é demonstrado nos gráficos a seguir:

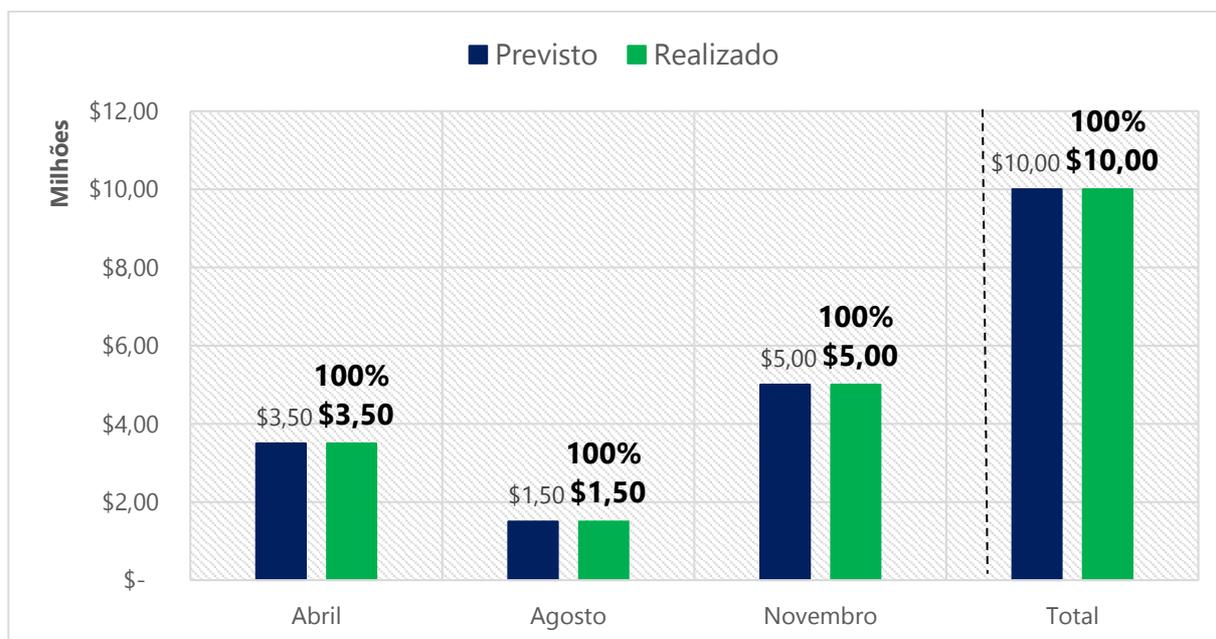


Gráfico 1 - Desembolso (2022)

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2022)

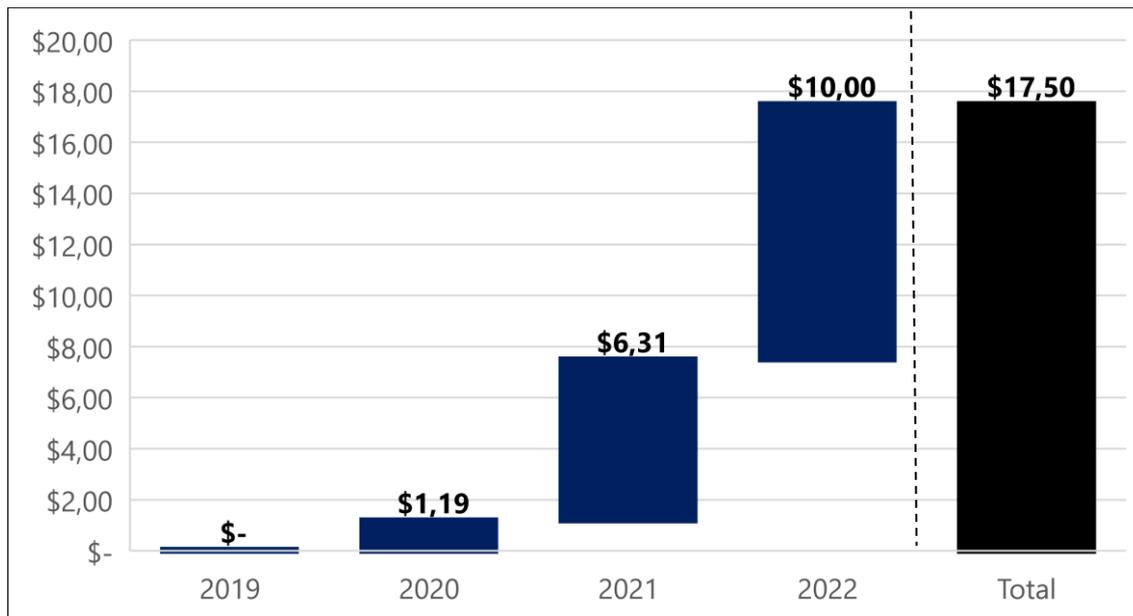


Gráfico 2 - Desembolso Acumulado

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2022)

3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Com relação as metas de 2022 pactuadas no relatório PMR Financeiro, é possível constatar que a execução financeira do programa cumpriu 94% do planejado, somando-se as duas fontes orçamentárias, conforme demonstrado no Gráfico 3 abaixo. Especificamente a fonte contrapartida (PMJP) superou a meta em 3%.

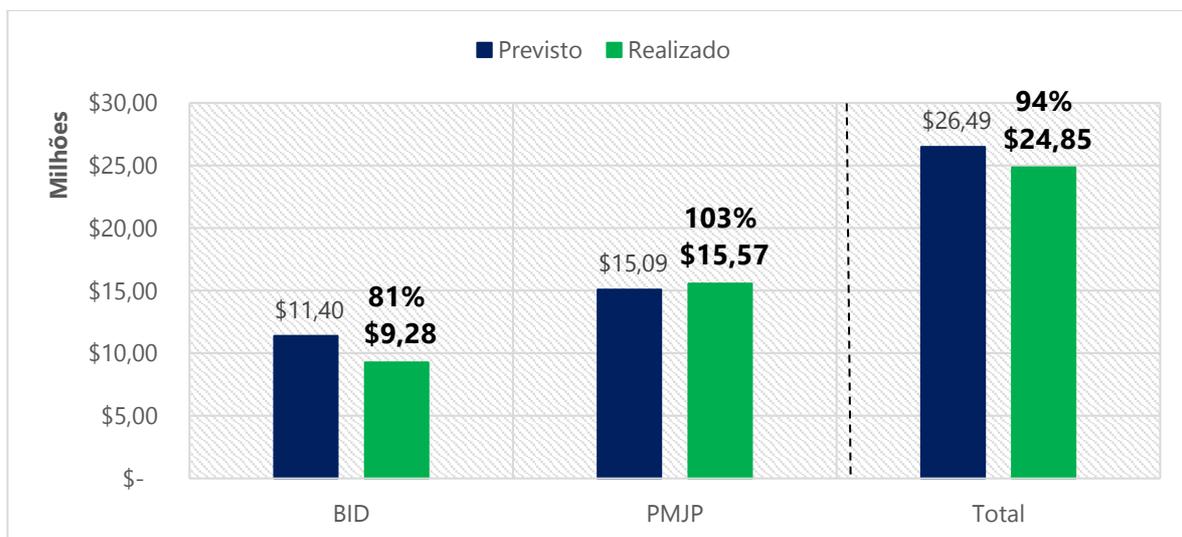


Gráfico 3 - Execução Financeira (2022)

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2022)

Desdobrando o resultado da execução financeira por componente, falaremos sobre os Componentes I.1, I.2 e II.

O Componente I.1 cumpriu 99% da meta prevista para o ano em pauta, sendo 85% de êxito com recurso BID e superando em 3% a meta de contrapartida (PMJP), dados estes disponíveis no Gráfico 4 abaixo.

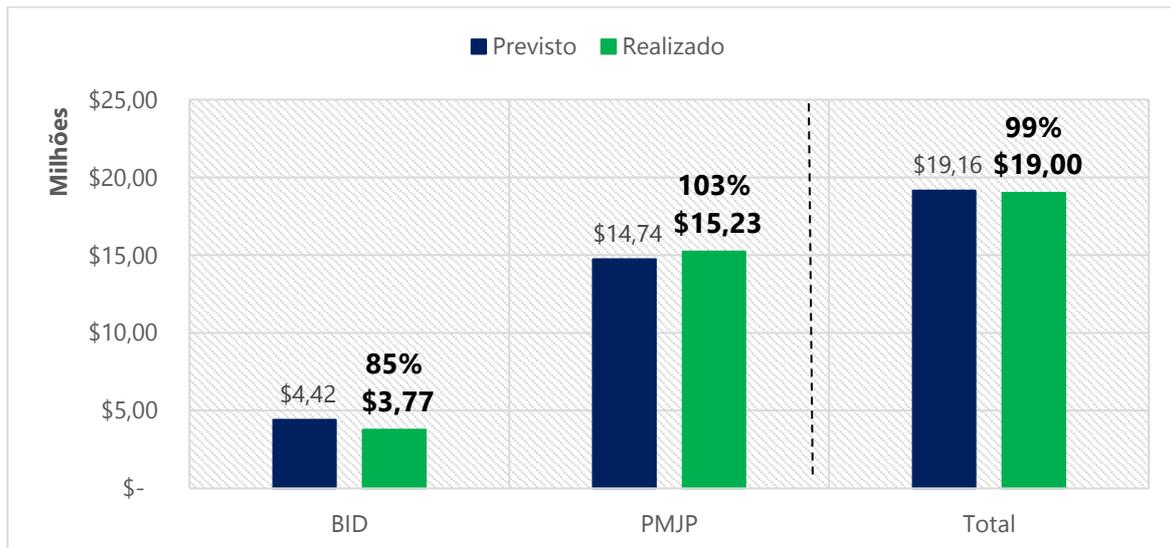


Gráfico 4 - Execução Financeira (2022) – Componente I.1

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2022)

Já o componente I.2, observa-se (Gráfico 5) que a execução financeira teve um desempenho de 79% no período. Este componente não possui recurso de contrapartida (PMJP).

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de julho à dezembro de 2022

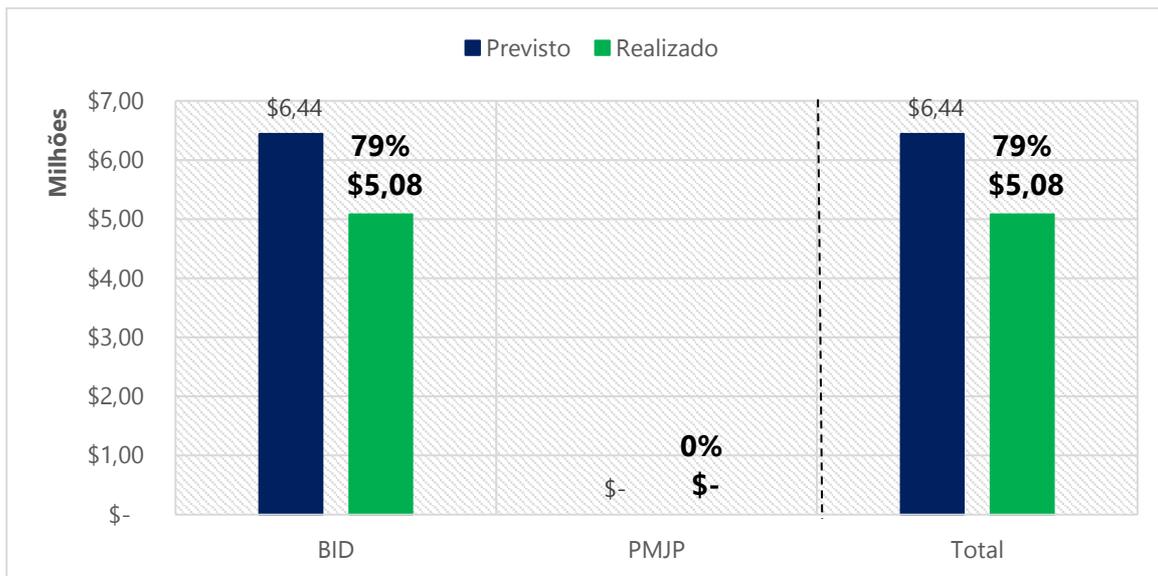


Gráfico 5 - Execução Financeira (2022) – Componente I.2

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2022)

Já em relação ao componente II, nota-se que foram executados 86% da meta financeira prevista para o ano, sendo 79% de recurso BID e 97% da meta de contrapartida (PMJP).

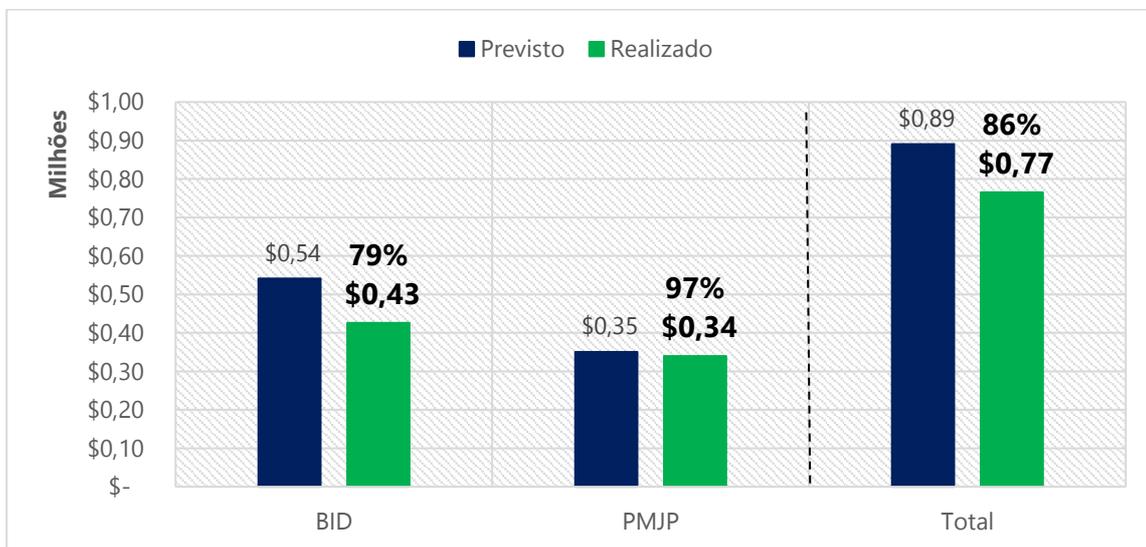


Gráfico 6 - Execução Financeira (2022) – Componente II

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2022)

Por fim, a seguir é demonstrada a execução financeira acumulada do período de 2019 à 2022, por fonte de recurso BID (Gráfico 7) e PMJP (Gráfico 8).

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de julho à dezembro de 2022

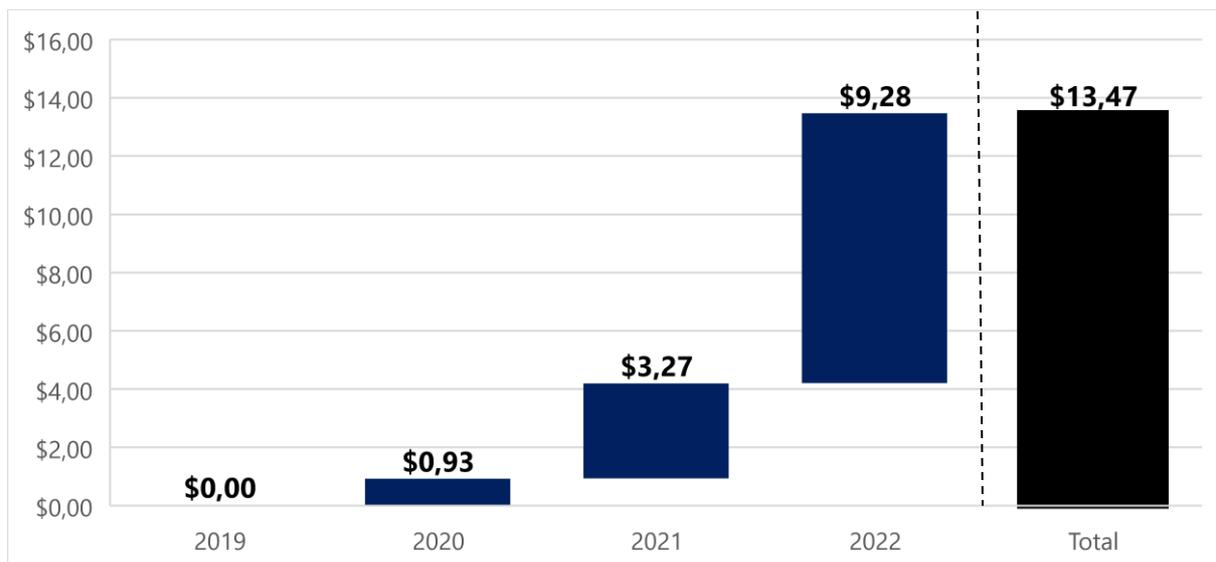


Gráfico 7 - Execução Financeira Acumulada (BID)

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2022)

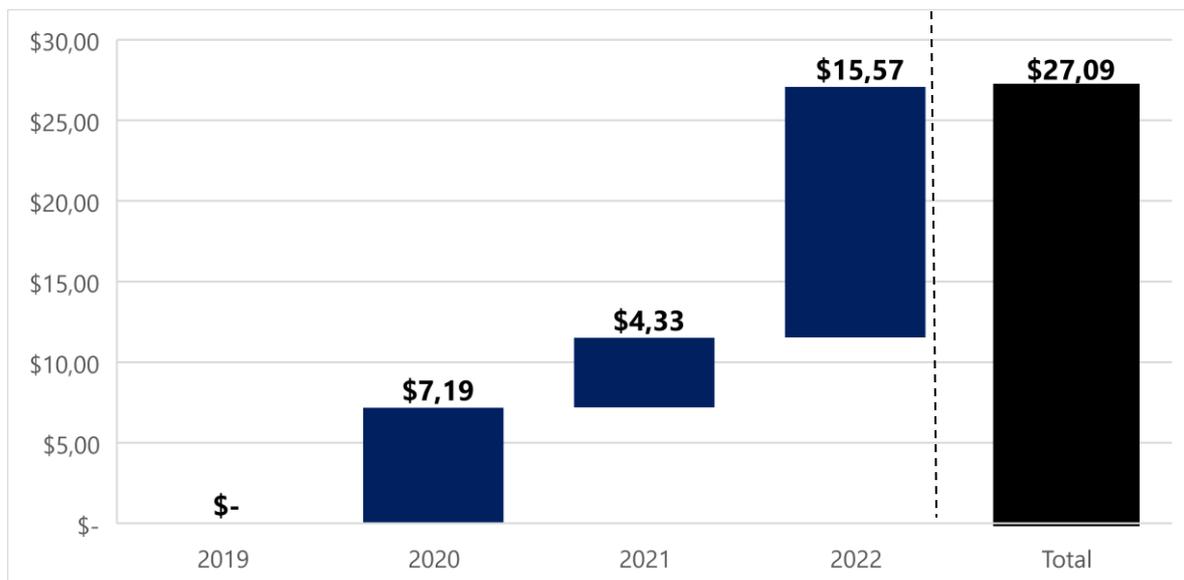


Gráfico 8 - Execução Financeira Acumulada (PMJP)

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2022)

3.3. SALDO EM CAIXA

Considerando as solicitações de desembolso e a execução financeira, ao final do exercício de 2022 o saldo em caixa totalizou, aproximadamente, US\$ 4,03 milhões, conforme apresentado na Figura 11. O valor em caixa demonstrado abaixo objetiva atender a execução financeira planejada para o 1º quinquimestre de 2023 (janeiro a maio).



Figura 11 - Fluxo de Caixa até 31/12/2022

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2022)

4. ASPECTOS SOCIAIS DO PROGRAMA

O BID determina, através das Políticas Operacionais de Reassentamento Involuntário (OP- 710), em conformidade as políticas e instrumentos de salvaguardas sociais, ambientais e de suas boas práticas, que toda operação de crédito para programas envolvendo deslocamento de população vulnerável deve contar com um plano para tratamento do tema. Caso sejam identificadas desconformidades, à intenção é indicar ajustes que poderão ser aplicados para aperfeiçoamento do processo. Para isso, faz-se necessário normas, diretrizes e mecanismos para incrementar os benefícios ambientais e sociais, e reduzir os riscos e impactos adversos sobre o meio ambiente e a comunidade.

A seguir podem ser observados os avanços da área social no último semestre:

- **Plano de Desenvolvimento Comunitário do Complexo Beira Rio**

O Complexo Beira Rio – CBR é composto por oito (08) comunidades: Brasília de Palha, Cafofo/Liberdade, Miramar, Tito Silva, Padre Hildon Bandeira, Vila Tambauzinho, Santa Clara e São Rafael. Essas Comunidades estão inseridas nos Bairros: Expedicionários, Torre, Miramar, Tambauzinho e Castelo Branco.

No Complexo Beira Rio há centenas de famílias morando em situação de risco. A área de intervenção caracteriza-se por notável irregularidade fundiária, com a existência de invasões de propriedades privadas e públicas (terras de domínio da União e do Município) e outras provenientes de doação, e ocupação de áreas sujeitas à inundação, inseridas em Áreas de Preservação Permanente – APP e Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes – ZEP2. A população da área apresenta baixo nível de escolaridade e renda média mensal de cerca de R\$ 205,00 (PDRR, 2017)

O Programa João Pessoa Sustentável prevê a contratação de uma empresa para elaborar realizar o Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR, que possibilite fazer o acompanhamento das ações de transformações sócio-urbanísticas, ambientais e econômicas do Programa no território, com foco nas atividades de reassentamento das famílias atualmente em situação de risco, como também na melhoria geral do bem-estar de toda a população das oito comunidades do CBR.

Em 2021 a Prefeitura de João Pessoa realizou a contratação do Consórcio DEMACAMP – ÂNIMA, em julho/2021 foi dada a Ordem de Serviço para início das suas atividades.

A equipe do Plano de Desenvolvimento Comunitário – PDC é a responsável pela elaboração de um Banco de Dados com as informações de todas as famílias nas comunidades a serem reassentadas. Este levantamento de dados das famílias foi realizado através das visitas e atendimento nos ELOs, onde para serem cadastradas, as pessoas deveriam atender a alguns critérios de elegibilidade:

- Todas as pessoas identificadas e cadastradas, dentro do limite de elegibilidade, que ocupam os lotes e edificações com indicativo de remoção a partir dos critérios definidos pelo Programa, independentemente de sua condição de regularidade fundiária (regular ou irregular), de sua relação com o imóvel (proprietário, posseiro, ocupantes, locatários);
- Todas as pessoas que tenham suas edificações, independentemente do uso e das condições de ocupação, interditados pela Defesa Civil na comunidade de Santa Clara durante a vigência do Programa, desde que devidamente identificadas e cadastradas pela equipe social;
- Famílias que tenham sido identificadas como convivência involuntária durante o processo de cadastramento.

No segundo semestre de execução, o PDC realizou além dos atendimentos no ELOS, o tratamento do Banco de Dados das famílias das comunidades a serem reassentadas, acompanhamento das vistorias da equipe dos projetos de infra, como também as realizadas pela Defesa Civil, participação nas reuniões das comunidades, elaboração de documentos, entre outras atividades.

Em meados de Outubro de 2022, após levantamento, o consórcio Demacamp/Anima disponibilizou as informações do Complexo Beira Rio a partir do Banco de Dados bruto. Após diversas reuniões com os especialistas de tecnologia do Consórcio e da Gerenciadora, foi auditada a veracidade dos dados e desenvolvido um painel interativo¹ com informações do diagnóstico socioeconômico, ambiental e inclusão de gênero do Plano de Desenvolvimento Territorial do Complexo Beira Rio. Na Figura 12 pode ser observado como estavam apresentados os dados no painel.

1

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZWY4NDQ1ZWItZWm0Ny00MGlxLTk2MWUtYWWRiYWY3MzljYTVkIiwidCI6IjJjOGZzZmFhLTcyNzktNDE5NS1hZjNkLTRjYmViMzY3YjA5ZS99>

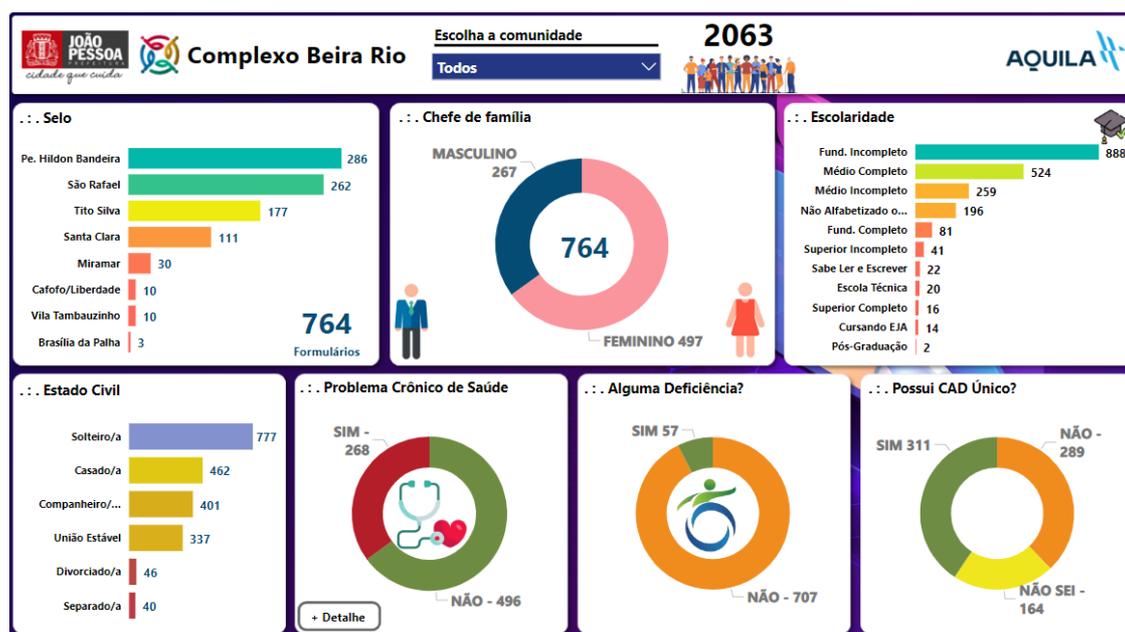


Figura 12 - Painel de Indicadores Sociais do CBR
Fonte: PMJP (2022)

A equipe do Plano de Desenvolvimento Comunitário acompanhou empresas interessadas na licitação de obra da contenção de encostas do CBR, através de vistorias com representantes das partes interessadas no mês de dezembro/2022.

No segundo semestre de 2022, o Consórcio elaborou e entregou o Plano de Desenvolvimento Territorial (PDT), esteve em elaboração dos Planos Executivos de Reassentamento e Realocação (PERR), porém, ao final do semestre, ainda sem estar adequado para aprovação, estimado de ser realizado o envio do PERR Santa Clara para validação no início do 1º semestre/2023. A inclusão de famílias que vivem em áreas eminentes de risco continuou a ser objeto de inclusão nos reassentamentos provisórios – aluguel emergencial.

Uma situação não prevista eclodiu a partir do questionamento do trajeto de adutoras e galerias pluviais pelas comunidades afetadas que provocou um novo estudo desta trajetória. A equipe técnica se envolveu na pesquisa e novas formatações de mapas de afetação, e do cadastramento de novas famílias. A comunidade onde impactada pela adutora gramame e galeria de águas pluviais foi a Santa Clara e pelas galerias: Pe. Hildon, Miramar, Santa Clara e Tito Silva.

Conforme apresentado na revisão da PMR enviada em fevereiro/2023, o Consórcio realizou 2399 atendimentos no 2º semestre de 2022, distribuído da seguinte forma:

- Atendimento Individual Remoto: 893;
- Atendimento Individual Presencial no ELO: 1269;
- Vistoria ou Atendimento Social Individual na Casa do Beneficiário: 136;

- Atendimento Coletivo em Encontros/Reuniões Etc: 87;
- Atendimento Individual Presencial na Identificação das Atividades Econômicas: 14.

- **Conjunto Vista Alegre**

No final do segundo semestre de 2022 elaborado e entregue o PERR do Vista Alegre e se obteve um reconhecimento parcial do CHVA dos blocos IV, V e VI. O monitoramento das ações foi observado nos campos: manutenção do SQR (Sistema de Queixas e Reclamações), elaboração da intervenção da SEDEST junto aos comerciantes e sensibilização para acesso ao microcrédito "Eu Posso"; reunião com os catadores de recicláveis (SEM HAB) realizada em 30/08/2022 e cadastramento de catadores residentes; visita técnica para elaboração de Projeto preliminar de hortas com programa "Eu posso semear" (SEMAM/SEDEST); curso sobre empreendedorismo para 30 alunos de 140 horas em execução.

Atualização do Plano de Ação para planejamento das próximas atividades, as atividades foram programadas por meio de informações prévias, identificando os riscos e oportunidades para atuar de maneira efetiva na melhoria da qualidade de vida do público-alvo.

Considerando que os pontos de observação do TS se destacam:

i) a melhoria da mobilidade das famílias e aumento do fluxo do transporte público urbano foi cumprido com o aumento do número de frequência dos ônibus;

ii) a continuidade do atendimento aos alunos do CHVA pela Escola Lucia Braga no 2º semestre e a parceria da escola nas ações de capacitação em empreendedorismo para comunidade.

iii) No campo do acesso à saúde a Secretaria de Saúde anunciou a construção de nova unidade de saúde na rua de acesso ao CHVA para responder as demandas do residencial e apesar deste novo equipamento que irá melhorar ainda mais o acesso, se faz necessário enfatizar que a população é atendida pela Unidade Básica de Saúde - UBS do Grotão;

iv) quanto a melhora na coleta seletiva dentro do CHVA se observou com a regularidade mensal das ações de zeladoria e a entrega de contentores de coleta de resíduos sólidos urbanos – RSU em todas as torres do condomínio;

iv) no sistema de queixas e reclamações foi observado um aumento do número de queixas por vícios contrutivos relacionado a entrega do Vista Alegre IV que foi respondido pela empresa e a demanda de troca de lâmpadas foi atendida pela SEINFRA;

v) no acesso à oportunidades de trabalho e renda uma ação foi articulada com a SEDEST para acesso de comerciantes e autônomos ao microcrédito pela política municipal de microcrédito orientado "Eu Posso" realizada em 23/08/2022;

vi) Reunião com catadores de matérias reciclados e cadastramento de catadores que se realizou pela SEM HAB em 30/08/2022;

vii) Curso sobre empreendedorismo para 30 alunos de 140 horas em execução.

- Relatório de Reconhecimento da Contrapartida entregue

- **Conjunto Saturnino de Brito**

O Conjunto Habitacional Saturnino de Brito foi instalado próximo a áreas degradadas, parte destas áreas estão dentro do terreno do habitacional e outra parte na comunidade Renascer, limítrofe ao conjunto. Com o objetivo de favorecer a recuperação ambiental de três áreas específicas a SEMAM elaborou um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), este vem sendo executado pelas secretarias municipais desde o segundo trimestre de 2022.

Em julho de 2022 foi emitida a Licença de Instalação para a obra de infraestrutura da comunidade renascer que margeia o conjunto habitacional. Com cronograma de execução previsto para 18 meses, a intervenção contempla praças com brinquedos infantis, a instalação de pontos comerciais no interior do conjunto habitacional, além da infraestrutura da comunidade.

O acesso às políticas sociais é uma das importantes ações que diminuem situações de extrema vulnerabilidade social entre os moradores do Saturnino de Brito. Para permitir o acesso às políticas assistenciais é necessário que o cidadão tenha o NIS – Nº de Inscrição Social e para isso o CRC vem fazendo um trabalho junto às famílias do Residencial e Comunidade Renascer.

Uma outra macroação importante no TS é a Educação Patrimonial e Ambiental. Uma atividade relacionada com os futuros 11 comerciantes dos núcleos de comercialização está sendo acompanhada pela equipe do microcrédito municipal “Eu Posso”. O desenvolvimento das atividades econômicas e o suporte a esses empreendedores vem sendo articulado entre o Trabalho Social e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do município – SEDEST.

Uma das Macroações é a Mobilização, Organização e Fortalecimento Social para continuidade do acesso dos moradores do CH aos encaminhamentos e serviços públicos de assistência social, educação para jovens e adultos, acesso à cursos de capacitação profissional e gestão de negócios, campanhas de prevenção e apoio e acesso à serviços judiciais.

O acesso aos serviços educacionais é uma importante ação ofertada no Residencial Saturnino de Brito e as atividades de Educação de Jovens e Adultos que oferta para 89 moradores cursos regulares para o 1º, 2º e 4º ciclo. Essa atividade não apenas oferta oportunidades para adultos que não tiveram acesso e para jovens que por problemas relacionados à violência tem restrição na circulação em outras áreas.

As queixas e reclamações – SRQ - registradas foram concentradas na questão dos vícios de construção e foram registradas mais 19 ocorrências que ainda não foram resolvidas e que estão com a empresa construtora.

Algumas das dificuldades e superações ocorridas no Saturnino de Brito podem ser observadas na Figura 13.

DIFICULDADES E SUPERAÇÕES – SATURNINO DE BRITO – 2022.

 <p>Em negociação ampliação da rota da linha de ônibus para finalizar em frente ao residencial.</p>	<p>Melhoria da iluminação com troca por lâmpadas de LED e urbanização da comunidade vizinha - Renascer.</p> 
 <p>Faltam contentores de resíduos no Saturnino de Brito</p>	<p>Residencial com ações de Zeladoria no Residencial.</p> 
	<p>Comunidade atendida por PSF com equipe completa multiprofissional e serviços odontológicos disponíveis.</p> 
	<p>Construção dos Centros de Comercialização, Microcrédito e Capacitação em negócios.</p> 
	<p>CRC – Emissão de documentos, acesso ao SUAS e Educação de Jovens e Adultos.</p> 

Figura 13 - Dificuldades e Superações Saturnino de Brito
Fonte: PMJP (2022)

• Conjunto Colinas de Gramame

O Residencial Colinas de Gramame, instalado na Rua Projetada, no bairro de Gramame, Loteamento Colinas do Sul, possui área de 14.137,65m² (quatorze mil cento e trinta e sete metros quadrados) e oferece um total de 432 unidades habitacionais. O Colinas de Gramame enfrenta dificuldade na gestão dos resíduos domésticos, como é comum em diversos conjuntos habitacionais de interesse social, dificuldade essa identificada no Plano de Ação elaborado pela UEP, na tentativa de solucionar esta dificuldade, a UEP planeja ação integrada como ocorrido em outros conjuntos habitacionais como ação corretiva e deverá implementar junto com as secretarias uma ação estruturada para melhoria da gestão a médio e longo prazo.

No último semestre foi dado seguimento às atividades previstas na macroação: Mobilização, Organização e Fortalecimento Social para continuidade do acesso dos moradores do CH aos serviços públicos ofertados pelas Secretarias Municipais, continuidade das reuniões de avaliação e planejamento das ações com a coordenação do TTS.

Na macroação Educação para Saúde, foi dado continuidade às práticas esportivas com o grupo de mulheres, crianças, adolescentes e idosos com aeróbica, alongamentos, danças e práticas esportivas fortalecendo assim os vínculos do Trabalho Social com a comunidade.

Na macroação Sistema de Reclamação e Queixas alguns moradores procuraram para tirar dúvida a respeito da individualização das contas de água a partir do acordo com a CAGEPA para individualização das contas atrasadas.

Algumas das dificuldades e superações ocorridas no Colinas de Gramame podem ser observadas na Figura 14.

DIFICULDADES E SUPERAÇÕES – COLINAS DE GRAMAME - 2022



Figura 14 - Dificuldades e Superações Colinas de Gramame
Fonte: PMJP (2022)

- **Conjunto São José**

O Conjunto Habitacional São José oferece 336 unidades habitacionais distribuídas em 11 blocos e acarreta melhoria de condições de habitação das famílias beneficiadas.

O Trabalho Social – TTS desenvolvido no pós-ocupação do Residencial São José, acompanhado por meio do PAC- Programa de Aceleração do Crescimento em convênio com Caixa Econômica Federal - CEF, faz parte dos conjuntos habitacionais de contrapartida, no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável. Este conjunto foi entregue aos usuários em dezembro de 2018 e teve contrapartida reconhecida no primeiro semestre de 2020.

Algumas das dificuldades e superações ocorridas no São José podem ser observadas na Figura 15.

DIFICULDADES E SUPERAÇÕES – SÃO JOSÉ - 2022



Figura 15 - Dificuldades e Superações São José
Fonte: PMJP (2022)

5. ASPECTOS AMBIENTAIS DO PROGRAMA

Para acompanhar o cumprimento das diretrizes e salvaguardas ambientais do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram listadas e colocadas na Tabela 1 a seguir, as Políticas/Diretrizes do BID relacionadas aos aspectos ambientais aplicáveis ao Programa e seus respectivos atendimentos.

Tabela 1 - Atendimento do Programa João Pessoa Sustentável às Políticas e Salvaguardas ambientais aplicáveis

OP-703	Incidência no Programa	Medidas e Salvaguardas de Cumprimento	Atendimento
B1 – Políticas do Banco	As operações e atividades do Programa seguem cumprimento das políticas e diretrizes do Banco	Em todos os relatórios são exigidos os relatos de atendimento às políticas do banco.	Atende as Políticas do Banco.
B2 – Leis e Regulamentos dos países	O Programa está sendo executado em conformidade com as leis e regulamentos ambientais nacionais.	Está sendo exigido nas obras de Contrapartida e, conforme pertinência, nos Projetos em andamento, o cumprimento da legislação relativa ao controle de obras, disposição de resíduos e saúde, ambiental e de segurança do trabalhador.	Atende as Políticas do Banco.
B3 – Análise e Classificação	A etapa de identificação do Programa, realizada durante a sua preparação, classificou o Programa como operação de tipo A.	Para cada Projeto, deverá ser elaborado um Relatório de Avaliação Ambiental e Social (RAAS), contendo o respectivo plano de gestão socioambiental (PGAS) e procedimentos de consulta pública prévios à não-objeção do projeto junto ao Banco, seguidos de medidas de análise, avaliação e verificação de cumprimento das medidas de mitigação.	O Programa vem atendendo as Políticas do Banco de acordo com cada etapa dos projetos em desenvolvimento, conforme MGAS.
B4 – Outros fatores de risco	Estudo de Avaliação de Risco envolvendo as áreas de atuação do Programa.	Riscos identificados em mapeamento com apoio do Banco. Medidas de gestão indicadas, conforme Estudo de Avaliação de Risco, Programa de Gerenciamento de Risco e Plano de Ação de Emergência e Contingência, atualizado conforme identificação de novos riscos.	Atende as Políticas do Banco.
B5 – Requisitos da Avaliação Ambiental	Elaboração dos RAAS e respectivos PGAS, seguindo orientações do MGAS.	As empresas que irão executar obras no Programa deverão ter PGAS específicos, de acordo com as diretrizes definidas no MGAS.	Atende as políticas do Banco.

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de julho à dezembro de 2022

<p>B6 – Consultas</p>	<p>Consultas com as partes afetadas e consideração de suas opiniões como parte do processo de Avaliação Ambiental.</p>	<p>As consultas têm previsão de realização em todos os Projetos e obras do Programa. As consultas das contrapartidas são apresentadas nos respectivos RAS e RAA.</p>	<p>Atende as Políticas do Banco.</p>
<p>B7 – Supervisão e cumprimento</p>	<p>Os requisitos de salvaguarda estão estipulados no contrato de empréstimo e regulamento operacional ou financeiro do Programa.</p>	<p>O cumprimento é monitorado pelo Banco conforme relatórios trimestrais, semestrais e demonstram o atendimento das ações por parte da Unidade Executora do Programa.</p> <p>Missões de Salvaguardas são realizadas pelo Banco, de forma rotineira.</p>	<p>Atende as Políticas do Banco.</p>
<p>B9 – Habitats Naturais e sítios culturais</p>	<p>O Programa segue o Programa de Resgate Fortuito, indicado no MGAS, e não possui previsão de dano à habitats naturais críticos.</p>	<p>O Programa JPS possui o processo de Avaliações Ambientais prévias, incluindo consultas ao IPHAN e IPHAEP frente às áreas e tipologias de obras previstas, avaliando e evitando possíveis impactos nos sítios culturais.</p> <p>De forma complementar, possui os Programas de Gestão Ambiental e Social (ex. Programa de Resgate Fortuito, Programa de Controle Ambiental da Obra), indicados no MGAS que acompanha as etapas de planejamento, implantação e operação dos projetos.</p>	<p>Atende as Políticas do Banco.</p>
<p>B10 – Materiais perigosos</p>	<p>As ações do Programa visam evitar impactos adversos sobre o meio ambiente e a saúde e segurança humana que decorrem da produção, aquisição, uso e disposição de materiais perigosos.</p>	<p>As obras são e serão acompanhadas em relação ao manuseio, uso e disposição de materiais perigosos, conforme PGAS específicos.</p>	<p>Atende as Políticas do Banco.</p>
<p>B11 – Prevenção e redução da poluição</p>	<p>O Programa adota medidas para prevenir, reduzir ou eliminar a poluição provocada por suas atividades.</p>	<p>Desde o planejamento dos Projetos até a execução das obras, o Programa adota medidas para reduzir, prevenir e/ou eliminar a poluição provocada por suas atividades, conforme previsão no MGAS.</p>	<p>Atende as Políticas do Banco.</p>
<p>B17 – Aquisições</p>	<p>Foram incluídas disposições de salvaguardas adequadas na aquisição de bens e serviços ao contrato de empréstimo, regulamento operacional e documentos de licitação do Programa.</p>	<p>As aquisições realizadas, encorajam os princípios de economia e eficiência e responsabilidade ambiental nas obras, bens e serviços.</p>	<p>Atende as Políticas do Banco.</p>

- **Obras de Infraestrutura no CBR**

No segundo semestre de 2022 consórcio responsável realizou a entrega dos projetos de contenção de encostas nas comunidades do CBR. O processo de licitação para contratação da obra foi aberto e publicado em dezembro, dando início à fase competitiva.

Quanto ao processo de Licenciamento Ambiental das obras, ainda se encontram em análise pela SEMAM. Com o objetivo de dar celeridade ao processo, a UEP convocou as equipes técnicas da SEMAM, envolvidas na análise dos documentos, para esclarecer dúvidas e iniciar as possíveis complementações necessárias aos estudos e arquivos apresentados.

- **Obras dos Habitacionais no CBR**

Para a construção destes conjuntos habitacionais a Prefeitura selecionou, após avaliações ambientais e sociais, três terrenos próximos das comunidades que sofrerão intervenções de reassentamento, em conformidade com as políticas Ambientais (OP-703) e relacionadas com o reassentamento involuntário (OP-710) do BID. As avaliações levaram em conta a redução de impactos, evitando e minimizar impactos socioambientais possíveis relacionados ao reassentamento de famílias. O detalhamento das avaliações e escolhas foram apresentados nos relatórios de monitoramento anteriores.

No período relacionado ao presente relatório, o Consórcio responsável realizou a entrega dos projetos executivos dos conjuntos habitacionais relacionados aos 3 terrenos, assim como dos equipamentos públicos e espaços comerciais previstos.

Ainda no semestre em questão, foram protocolados três requerimentos distintos de Licenciamento Ambiental (um para cada área de construção), que seguem o processo de Licença Prévia, Licença de Implantação e Licença de Operação, conforme alinhamento preliminar com o órgão licenciador. O processo relacionado aos projetos e obras existentes no Terreno 1 teve a Licença Prévia emitida ainda em dezembro/2022, enquanto o Licenciamento Prévio dos projetos para as duas outras áreas (Terrenos 2 e 3), deverão ser finalizados em janeiro de 2023. Os escopos dos estudos necessários para os processos de licenciamento foram alinhados previamente com as equipes técnicas envolvidas no licenciamento dos projetos, de forma a atender de forma completa às demandas e condicionantes especificados.

- **Obra de requalificação para o Prédio do Centro de Cooperação da Cidade**

O Centro de Cooperação da Cidade – CCC, será implantado na cidade de João Pessoa, pela Prefeitura Municipal no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável, e fará uso de um prédio público já construído, localizado na Avenida João Cirilo da Silva N° 850, no bairro Altiplano Cabo Branco. Para essa implantação, ocorrerá adequação do espaço para comportar a estrutura técnica operacional do Centro. O referido prédio, fica em terreno com área verde e a condição de preservação dos elementos arbóreos foi levada em consideração. Caso necessário e indicado no projeto executivo, será realizada a avaliação arbórea e solicitação de supressão, conforme indicação da SEMAM, de algumas árvores, considerando alternativas para evitar e minimizar os impactos relativos à execução da obra.

Para que a obra de adequação aconteça, seguindo todos os preceitos da legislação nacional, estadual e municipal, assim como das salvaguardas ambientais, inicialmente foi dado entrada no processo de Licenciamento Ambiental da obra, sendo indicado no caso específico dessa obra e seus impactos relacionados, o Licenciamento Simplificado (LS). A previsão é que a Licença seja emitida em janeiro de 2023.

Atualmente estamos na fase de licitação para contratação da empresa que fará a reforma de adequação no prédio para implantação do CCC. Por ser um projeto da PMJP em parceria com o BID, o Centro de Cooperação precisa transcorrer dentro de situações documentais que tragam o máximo de transparência e segurança, pautadas por boas práticas de gestão dos impactos socioambientais. Sendo assim, após a ocorrência da Missão do BID realizada no final do 1º semestre de 2022, foi identificada e demandada uma atenção antes do início da reforma do prédio, a preparação de um Plano de Deslocamento Econômico – PDE, voltado para resguardar o grupo de atividades que estão sendo desempenhadas atualmente no prédio atual do Celeiro das Artes, futuro local do CCC. Seguindo a diretriz solicitada pelo BID, as Coordenações da UEP, tendo a Coordenação Ambiental como líder documental, estão preparando o PDE. Nessa fase preparatória, ocorreram várias conversas entre a Coordenação Geral do Programa, Coordenação do CCC com a Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), sobre possível local com capacidade para atendimento ao grupo do Celeiro das Artes. De acordo com a decisão da PMJP, e vontade do grupo de artistas e artesãos, funcionários e atividades fomentadas dentro do Celeiro das Artes, acordou-se pela transferência das atividades para a Estação das Artes, local que está sendo preparado para receber tanto o grupo em questão, juntamente com outras unidades municipais.

A UEP com intenção colaborativa, propôs à SEDEC a acomodação provisória (até a reforma da Estação das Artes ficar pronta), de mudança do grupo do Celeiro das Artes para o prédio conhecido como anexo da Casa da Pólvora, no Centro da Cidade. Contudo, a SEDEC sinalizou para a UEP que a vontade do grupo do Celeiro das Artes é mudar diretamente para a Estação das Artes e não ser direcionado para nenhum local provisório.

O PDE, que é o documento que acompanha toda essa fase transição, está em elaboração pela Coordenação ambiental da UEP, sob supervisão da Coordenação do CCC e conta com acompanhamento técnico da equipe de salvaguardas do BID. O Plano (após devida aprovação do BID) é condicionante para as obras de requalificação do prédio do CCC.

• Estudos e Projetos do Antigo Lixão

O antigo lixão do Roger foi utilizado por aproximadamente 50 anos como um local de deposição inadequada de resíduos sólidos oriundos da coleta domiciliar e de limpeza urbana de João Pessoa e outras cidades do entorno. Os estudos relacionados a área, iniciados em outubro de 2021,

Em relação ao processo relacionado à continuidade da execução dos projetos e garantia de permissão dos investimentos para execução das obras, foi emitida por parte da Superintendência do Patrimônio da União, órgão do Ministério da Economia do Governo Federal e responsável pela dominialidade da área, a Portaria de Destinação de Interesse no Serviço Público – PDISP, para fins de recuperação da área, publicada em julho de 2022

(Portaria SPU/ME nº 6.556).

Como passo seguinte, a UEP continuou com as tratativas e reuniões junto à Coordenação da SPU/Paraíba para definição dos próximos passos até a devida cessão do domínio útil da área. Como resultado, foi desenhado o fluxo necessário até a finalização do processo, sendo estabelecidos como próximos passos: a construção do Termo de Notificação para os ocupantes e foreiros identificados na área do antigo lixão; realizar a Notificação; e analisar documentação apresentada pelos notificados.

Vale ressaltar que as ocupações e aforamentos identificados não possuem características físicas e se configuram somente em registros e documentos de propriedade das áreas em questão.

Em relação ao andamento dos estudos, no segundo semestre de 2022 foram entregues os Produtos 4 (Análise Técnica das Alternativas de Recuperação Ambientais Aplicáveis) e 5 (Projeto Básico de Recuperação da alternativa selecionada). Com base nesse último estudo foi e com base nele, dar a entrada na sua Viabilidade de Técnica junto à CAGEPA, porém sem desfecho até o fim do ano. Além dos produtos indicados, foi apresentado também nesse período o projeto conceitual do Parque Socioambiental.

Também no período compreendido pelo presente relatório, foi iniciada a pesquisa de Biogás na área. Tais análises não estavam previstas no escopo inicial de contratação, sendo adicionadas com o objetivo de esclarecer dúvidas relacionadas a existência do acúmulo residual de gases provenientes da biodegradação dos resíduos, resguardando dessa forma as questões de segurança frente às futuras obras de recuperação e própria operação do Parque socioambiental previstas para a área. Vale ressaltar, que a avaliação complementar corrobora com o cumprimento das Políticas Operacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Sua indicação foi reforçada pelo Banco, durante a Missão de Salvaguardas Socioambientais realizada no primeiro semestre de 2022.

Houve a continuidade do processo participativo envolvendo a comunidade do entorno e demais partes interessadas, com reuniões realizadas em agosto, novembro e dezembro, sendo a última a audiência pública, para apresentação dos resultados dos estudos ambientais, projeto de recuperação e do plano conceitual do parque socioambiental.

- **Rio Jaguaribe**

No segundo semestre de 2022 foi realizada alteração do escopo dos Termos de Referência previstos para o rio, em função do fracasso da licitação do Diagnóstico e da verificação de valores insuficientes de recursos financeiros disponíveis para a execução de alguns programas do MGAS. Tal decisão partiu da avaliação conjunta da UEP, BID, Consultoria AmbGis e Gerenciadora.

Dada a relevância destas atividades envolvidas nesses Programas (acompanhamento da qualidade ambiental do rio, durante as obras do CBR; assim como execução e ateste de melhorias das características ambientais do rio e suas condições de salubridade para uso público do Parque Linear), foram traçadas estratégias para a manutenção dos programas previstos no MGAS.

Dessa forma optou-se por:

- Realizar a união dos escopos relacionados ao Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe em uma única contratação;
- Manter o projeto de desassoreamento para o rio com um todo, trazendo parte do recurso financeiro do serviço para o projeto. Destaca-se que, após a execução do projeto deve-se avaliar o recurso disponível assim como possível fonte de recurso adicional, para a execução do serviço de desassoreamento já que seu valor estimado atualmente (com base no orçamento do projeto), supera em aproximadamente R\$ 20 milhões o valor disponível.

6. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE

Neste capítulo é apresentado detalhes do Componente I.1 e seu respectivo avanço no último semestre.

Este componente tem como objetivo fortalecer o planejamento e a gestão urbana, apoiar a redução do déficit habitacional municipal e melhorar os assentamentos irregulares vulneráveis com intervenções integrais.

Este componente foi estruturado em três subcomponentes, os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

6.1. SUBCOMPONENTE I.1.1 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO URBANA

São financiadas as seguintes atividades:

-  (i) revisão do plano diretor municipal;
-  (ii) Plano de descarbonização e adaptação climática;
-  (iii) elaboração do plano municipal de redução de riscos a desastres naturais; e
-  (iv) implementação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC) contemplando a integração institucional e tecnológica para situações de emergência, risco de desastres naturais, segurança pública e mobilidade.

6.1.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL

I.1.1.1 Plano Diretor Municipal	
Valor Previsto Total do Produto	US\$ 1.080.796,76
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

Tabela 2 - Plano Diretor Municipal atualizado

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa visa definir objetivos, orientações e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal, observando o contido no Estatuto da Cidade, com destaque para o artigo 2º, principalmente nas seguintes diretrizes gerais:

-  (i) Garantia do direito à cidade sustentável;
-  (ii) Gestão democrática;
-  (iii) Planejamento do desenvolvimento da cidade;
-  (iv) Ordenação e controle do uso do solo;
-  (v) Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas.

Além disso esses serviços incluirão também:

-  (i) Compatibilizar a legislação territorial urbana às demais legislações vigentes;
-  (ii) Revisar o Plano Diretor de João Pessoa;
-  (iii) Revisar e (re)definir o macrozoneamento e o zoneamento de todo o território municipal;
-  (iv) Pautar as propostas de ordenamento territorial;
-  (v) Elaborar minutas de anteprojetos de leis de revisão dos instrumentos jurídicos vinculados ao planejamento territorial, em especial a lei de Parcelamento do Solo, lei de Condomínio, Código de Obras e Edificação, Código de Posturas, Código Ambiental lei do Sistema Viário, lei do Perímetro Urbano, lei de Uso e Ocupação do Solo e demais leis específicas dos instrumentos de política urbana, integrando-as ao Plano Diretor.

Neste 2º semestre de 2022 todas as 6 Minutas² previstas na PMR foram entregues pelo fornecedor, conforme prazo estipulado no indicador de Metas do Programa. A seguir podem ser observados mais alguns dos avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

² <http://pdjp.com.br/>

Tabela 3 - Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal

I.1.1.1.1 -Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal e legislações complementares	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.074.076,00
Valor Contratado	US\$ 545.745,77
Status	Contrato em Execução, conclusão prevista para 1º semestre de 2023
Avanço	
Plano diretor entregue, aguardando aprovação na câmara dos vereadores.	
Dificuldades	
<p>1) Necessidade de mais regulamentações, decretos e legislações do que as previstas inicialmente, para garantir a plenitude e funcionalidade do Plano diretor revisado;</p> <p>2) Vasta quantidade de legislações que precisaram ser devidamente analisadas por diversos setores técnicos da PMJP que em alguns momentos se teve dificuldade em ter o retorno de maneira mais célere dos documentos analisados e comentados.</p>	
Ação para a Dificuldade	
Aditivo de contrato acrescentando as regulamentações, decretos e legislações complementares indicados pela ETIM.	

6.1.2. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Tabela 4 - Plano de economia de Baixo Carbono elaborado

I.1.1.2 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 846.875,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Este plano tem como objetivo definir o roteiro de descarbonização da economia, e vinculá-lo a objetivos socioeconômicos como criação de empregos, inovação e melhoria da qualidade de vida, ao mesmo tempo que subsidia iniciativas visando maximizar a adaptação e resiliência do município frente às mudanças climáticas.

A elaboração do Plano de Descarbonização e Adaptação Climática, compreenderá todo limite territorial do município. Deverá, como principal base estratégica para o planejamento de ações de mitigação e adaptação, observar os inventários de emissão de GEE já desenvolvidos pela Prefeitura de João Pessoa e estudos realizados pelo IDOM3. Deverá, ainda, observar outros planos, leis de resíduos sólidos, marco regulatório de saneamento, estratégias ou dispositivos inerentes ao tema da mudança climática distribuídos pelos entes federativos, além de dados primários obtidos através de levantamentos em campo, e observando as diretrizes do Plano Diretor do Município.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 5 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática

I.1.1.2.1 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 846.875,00
Valor Contratado	US\$ 359.423,33
Status	Contrato em Execução, conclusão prevista para o 1º semestre de 2023
Avanço	
Elaboração das análises de riscos climáticos e pegadas do município.	
Dificuldades	
Envolvimento maior na participação das reuniões e audiência da população e também do quadro de técnicos da prefeitura.	

³Plano de ação: <https://drive.google.com/uc?id=1NJKwrYiGBHv-Azlv8KAqz9yu9jmfO5f2&export=download>
 Mudanças Climáticas: https://drive.google.com/file/d/1wyglPjWXDSq4ZZWZGI_oiCRJvFi4LFzB/view
 Vulnerabilidade e riscos naturais: https://drive.google.com/file/d/1LIUHI_S0INwiyZ6z7DSpp1dMiWTlkW4V/view
 Crescimento urbano: https://drive.google.com/file/d/1mj_8xkUGIX0JOrpthAeLuDWM7UcMdZiF/view

Ação para a Dificuldade

Mapeamento de entidades, ongs, associações e universidades, para mobilizar de maneira mais direta os convites para as reuniões e audiências, além de reforço junto aos órgãos da PMJP para garantir a participação ativa dos técnicos das secretarias que participam da elaboração do Plano de ação climático.

6.1.3. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS

Tabela 6 - Plano Municipal de redução de riscos

I.1.1.3 - Plano Municipal de redução de riscos	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 234.625,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Este plano é imprescindível para a segurança das pessoas que passarão a habitar e frequentar esses espaços que serão feitos pelo Programa, pois como João Pessoa é um município antigo e algumas áreas já sofreram diversos tipos de ações tanto do tempo, quanto antrópicas, elas podem colocar em risco as pessoas, por vários motivos como: instabilidade do solo, áreas suscetíveis à inundações e alagamentos, estruturas não adequadas aos locais e também para prever reações emergenciais a algum desastre que venha a ocorrer em proporções maiores, como em períodos de retorno, assim evitando mortes e acidentes.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 7 - Serviço de elaboração do Plano de Risco e Desastre

I.1.1.3.2 - Construção, Implantação e Suporte de ferramenta web, para gerenciamento de riscos e desastres	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 190.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Contratação prevista para 1º semestre de 2023

Avanço
Termo de Referência elaborado e método de aquisição definido. Afim de garantir a boa qualidade foi realizado consulta pública para entender se o mercado atenderia demanda e sugestões para o portal que será desenvolvido.
Dificuldades
A escolha de um portal e app por ser algo inovador que demanda mais tempo para consolidação do TR e mais incertezas se a proposta está compatível com o que o mercado espera e pode atender.
Ação para a Dificuldade
Foi realizada Consulta pública participativa, aberta ao mercado e a especialistas para poderem contribuir e nos dar a certeza se o que estávamos pensando em contratar corresponde a expectativa do mercado.

6.1.4.CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE

Tabela 8 - Centro de Cooperação da Cidade – CCC

I.1.1.4 - Centro de Cooperação da Cidade – CCC	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.077.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID/PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O CCC visa prover uma solução integrada para os desafios urbanos existentes, sendo um indutor de transformação no manejo e utilização de informações em prol do processo decisório da gestão da cidade de João Pessoa. A implementação do CCC é o componente responsável pela melhoria das respostas da Prefeitura as demandas de serviços que geram grandes impactos no cotidiano da população de João Pessoa. O CCC atuará com foco nos seguintes eixos:

-  Mobilidade Urbana,
-  Atendimento de Urgência (SAMU), Segurança,
-  Defesa Civil,
-  Gestão Pública Moderna e
-  Meio Ambiente, outros serão incluídos progressivamente.

O CCC deverá captar, processar, armazenar, disponibilizar as informações e demandas de serviços da cidade de João Pessoa, das instituições públicas e de parceiros, vinte e quatro horas por dia nos sete dias da semana, permitindo a cooperação entre instituições, a interação com cidadãos e a prestação de serviços públicos.

Em agosto/2022 o BID realizou a contratação do consultor individual Sr. Marcelo Soares, com objetivo de realizar reuniões e apresentações a PMJP e o BID, revisões técnicas da implementação do CCC com apoio e assessoramento à UEP nos processos de implantação do CCC. O consultor atuou no período de agosto à novembro de 2022.

Como apresentado anteriormente, a Prefeitura obteve aprovação no Pleito de alteração do contrato de empréstimo, nesta alteração, um dos motivos que promoveram a redução da contrapartida foi a alteração do modelo do Centro de Cooperação da Cidade. O custo total inicialmente estimado em US\$ 28,09 milhões, onde US\$ 22,40 milhões de recursos do BID e US\$ 5,69 milhões de recursos de contrapartida.

Com a racionalização do modelo, o custo total será de aproximadamente US\$ 13,08 milhões (US\$13,00 milhões recurso BID e US\$ 0,08 milhão de recurso de contrapartida), promovendo uma redução de US\$ 15,01 milhões no valor total estimado, sendo US\$ 5,61 milhões de contrapartida e US\$ 9,40 milhões de recursos do BID. Desta forma será possível transferir US\$ 9,40 milhões para as intervenções do Complexo Beira Rio – CBR, que também faz parte do Componente I.1 - Desenvolvimento Urbano, com consequente redução da contrapartida para este produto.

Reforçamos que, as entregas previstas para o CCC, conforme Matriz de Resultados para o Programa - PMR, serão mantidas.

1. Construção do Prédio. Será aproveitado um prédio existente que será requalificado para uso como sede do CCC;
2. Operação Assistida, Implementação dos equipamentos de sensoriamento da cidade e implementação do vídeo monitoramento na área Central e no corredor da Av. Epitácio Pessoa e Av. Ruy Carneiro;
3. Implementação do videomonitoramento nos Corredores: Av. Beira Rio e Av. Pedro II / Sérgio Guerra/ Josefa Taveira;
4. Implementação do videomonitoramento nos Corredores: Av. Dois de Fevereiro, Av. Tancredo Neves, Av. Cruz das Armas e Acesso Oeste.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção segundo os itens do Plano de Aquisições.

Tabela 9 - Construção da Edificação.

I.1.1.4.1.1 - Construção da Edificação (obras e infraestrutura).	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.751.532,95
Valor Contratado	US\$ -
Status	Contratação prevista para março/2023
Avanço	
Elaboração de Termo de Referência e Orçamento estimativo, seguiu para análise dos órgãos de controle interno e teve seu edital Publicado LPN n 82001/2022, onde 03 empresas participaram do certame e enviaram propostas, estamos aguardando o julgamento da Comissão.	
Dificuldades	
Análise das propostas tendo em vista a quantidade de documentos e ter participação de servidores de outras secretarias.	
Ação para a Dificuldade	
Elaboração de Reuniões presenciais com os cronogramas já preestabelecidos afim de agilizar o processo de análise.	

Tabela 10 - Serviço de implantação de sistema de sinalização semafórico inteligente

Aquisição I.1.1.4.2.1 - Serviço de implantação de sistema de sinalização semafórico inteligente e central de câmeras de monitoramento.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.600.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para maio/2023
Avanço	
Aquisição realizada em 2 lotes, elaboração do Termo de Referência e Orçamento Estimativo, tramitou pelos órgãos de controle, teve seu edital lançado através do Pregão Eletrônico Nº 71008/2022. Lote 1 - teve empresa convocada para Prova de conceito e está aguardando o resultado do relatório, Lote 2 - teve empresa convocada para homologação e está aguardando análise das documentações.	
Dificuldades	
Dificuldade da SEMOB na elaboração e entrega do Termo de Referência.	
Ação para a Dificuldade	
Elaboração de reuniões presenciais e entrega de minuta padrão de Termo de Referência, afim de agilizar o processo de análise.	

Tabela 11 - Contratação de 3 profissionais de TI para gestão da implantação do CCC

I.1.1.4.3.2 - Contratação de 3 profissionais de TI para gestão da implantação do CCC	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 77.156,00
Valor Reconhecido	US\$ - US\$ 35.642,41 (valor reconhecido até o momento)
Status	Em execução
Avanço	
Até o momento foram contratados dois profissionais com perfil técnico para auxiliar na análise e elaboração de documentos das aquisições do Programa que visam o pleno funcionamento do CCC.	
Dificuldades	
No 2º semestre de 2023 um dos profissionais recebeu uma proposta e saiu da equipe do CCC para trabalhar em uma empresa privada.	
Ação para a Dificuldade	
A Coordenação do CCC vem buscando em reuniões com a Coordenação Geral repor não apenas o profissional que saiu quanto o terceiro que deve compor a equipe conforme previsto inicialmente.	

6.2. SUBCOMPONENTE 1.1.2 – FINANCIAMENTO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS INTEGRAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS

São financiados com recursos de Contrapartida Local a construção de cerca de 2.300 habitações para aproximadamente 11.500 pessoas de baixa renda nos conjuntos habitacionais: Colinas de Gramame, São José, Saturnino de Brito e Vista Alegre. Também, são financiadas obras de infraestrutura básica e/ou equipamentos urbanos priorizados de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento Operativo do Programa (ROP) e em consistência com as políticas de salvaguardas do Banco.

6.2.1. CONJUNTO HABITACIONAL COLINAS DE GRAMAME

Tabela 12 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame

I.1.2.1 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	
Valor Reconhecido	US\$ 3.889.840,20
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Habitação de Interesse Social com reassentamento voluntário e involuntário de 432 famílias em novas unidades habitacionais e em paralelo é desenvolvido o Trabalho Técnico Social - TTS para o acompanhamento das famílias reassentadas no pós-ocupacional. As Figuras 16 e 17 apresentam a localização e situação do Residencial.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 13 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame

I.1.2.1 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.889.840,20
Valor Reconhecido	US\$ 3.889.840,20 (reconhecimento realizado em junho/2021)
Status	Concluído
Avanço	
Negociação da tarifa social e individualização das contas de água. Com também vem sendo realizado todo o acompanhamento das salvaguardas ambientais e sociais.	

Dificuldades

Desenvolvimento de ações integradas no CH.

Ação para a Dificuldade

Atualizar Plano de Ação e planejar novas ações integradas.



Figura 16 - Região de Implantação do Residencial Colinas de Gramame

Fonte: Google (2021)



Figura 17 - Residencial Colinas de Gramame

Fonte: PMJP (2020)

6.2.2. CONJUNTO HABITACIONAL SATURNINO DE BRITO

Tabela 14 - Saturnino de Brito

I.1.2.2 - Saturnino de Brito	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 15.312.500,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Habitação de Interesse Social – HIS com reassentamento involuntário de 400 famílias que moravam em área de risco para novas unidades habitacionais e em paralelo é desenvolvido o Trabalho Técnico Social para o acompanhamento dessas famílias no pós-ocupação. Pode ser observado nas Figuras 18 e 19 a localização e situação atual do Residencial.

Neste habitacional foram identificadas duas questões socioambientais prioritárias que estão sendo encaminhadas pela UEP, junto com a Secretaria Municipal de Habitação (SEM HAB), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB) e Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), envolvendo a realização de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e cercamento de áreas com risco de queda.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 15 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)

I.1.2.2 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 8.524.136,10
Valor Reconhecido	US\$ 8.524.136,10 (reconhecimento realizado em junho/2022)
Status	Concluído
Avanço	
<p>Início das obras de construção dos pontos comerciais e de infraestrutura na comunidade Renascer (Licença de Instalação 5331/2022); atividades de Educação Ambiental com moradores e crianças do CH realizadas pela SEMAM; continuidade na execução do PRAD (plantio de mudas de plantas nativas nas áreas destinadas para recuperação ambiental no CH e na Comunidade Renascer) e acesso ao microcrédito aos comerciantes e urbanização do Renascer.</p>	

Dificuldades

Parte das obras de infraestrutura em áreas colocalizadas com o PRAD. Faltam contentores para coleta de resíduos urbanos e existe a baixa capacidade gerencial dos condomínios - inadimplência alta.

Ação para a Dificuldade

Realizar visita técnica e planejar adequação do projeto de infraestrutura com as ações de recuperação ambiental no CH e entorno. Solicitado à EMLUR para aquisição dos contentores de coleta de resíduos. Elaborar um plano para ofertar gestão condominial para as administrações.



Figura 18 - Região de Implantação do Residencial Saturnino de Brito

Fonte: Google, (2021)



Figura 19 - Residencial Saturnino de Brito

Fonte: PMJP (2020)

6.2.3. CONJUNTO HABITACIONAL SÃO JOSÉ E INFRAESTRUTURA

Tabela 16 - Conjunto Habitacional São José com Infraestrutura

I.1.2.3 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura	
Valor Reconhecido	US\$ 6.807.582,59
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Habitação de Interesse Social com reassentamento involuntário de 336 famílias para novas unidades habitacionais e em paralelo foi desenvolvido o Trabalho Técnico Social para acompanhamento dessas famílias no pós-ocupação. Abaixo está apresentado a localização e situação atual do Residencial nas Figuras 20 e 21.

Nesse habitacional foi identificado questão socioambiental prioritária que está sendo encaminhada pela UEP, em conjunto com a SEMAM, SEDURB, Defesa Civil, SEDES e SEINFRA, envolvendo o uso de área limítrofe ao empreendimento e cercamento do acesso a esta área.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 17 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura

I.1.2.3 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.807.582,59
Valor Reconhecido	US\$ 6.807.582,59 (reconhecimento realizado em fevereiro/2020)
Status	Concluído
Avanço	
Acompanhamento das salvaguardas ambientais e sociais Elaborado plano de ação para organização dos comércios no Residencial.	
Dificuldades	
Desenvolvimento de ações integradas no CH. Falta recursos financeiros para executar as intervenções propostas. Regularizar o estacionamento de motos.	
Ação para a Dificuldade	
Atualizar Plano de Ação e planejar novas ações integradas. Reunir com as secretarias envolvidas com o Residencial e a temática, elaborar projeto para o estacionamento e dialogar com as secretarias.	



Figura 20 - Região de Implantação do Residencial Novo São José

Fonte: Google, (2021)



Figura 21 - Residencial Novo São José

Fonte: PMJP (2020)

6.2.4. IMPLANTAÇÃO DO RESIDENCIAL VISTA ALEGRE

Tabela 18 - Implantação do Residencial Vista Alegre

I.1.2.4 - Implantação do Residencial Vista Alegre	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.377.441,10
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Habitação de Interesse Social com reassentamento voluntário e involuntário de 2016 famílias, com unidades habitacionais entregues por etapas, sendo 1120 famílias com o processo de reassentamento concluído para as novas unidades habitacionais e em paralelo é desenvolvido o Trabalho Técnico Social para acompanhamento dessas famílias no pós-ocupação. Abaixo está apresentado a localização e situação atual do Residencial nas Figuras 22 e 23.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 19 - Implantação do Residencial Vista Alegre

I.1.2.4 - Implantação do Residencial Vista Alegre	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.377.441,10
Valor Reconhecido	US\$ 6.684.517,31 (reconhecimento parcial realizado em 2022)
Status	Envio para reconhecimento da outra parte para 2023
Avanço	
Ações integradas envolvendo EMLUR (limpeza urbana e Educação Ambiental), SEMAM (plantio / distribuição de mudas de plantas nativas e Educação Ambiental), SEDEST (Programas "Eu Posso") e SEMHAB (SQR e Educação Ambiental); reconhecimento da contrapartida dos Conjuntos Habitacionais IV a VI. Entrega das 11 torres do Residencial, obras de nova Creche e Posto de Saúde em 2023.	
Dificuldades	
Falta de recursos financeiros para construir os centros comerciais e ainda não definido plano com catadores. Baixa capacidade gerencial dos condomínios - inadimplência alta.	
Ação para a Dificuldade	
SEMHAB elaborou o projeto. Definir com a gestão. Baixa capacidade gerencial dos condomínios - inadimplência alta.	



Figura 22 - Região de Implantação do Residencial Vista Alegre -

Fonte: Google, (2021)



Figura 23 - Residencial Vista Alegre

Fonte: PMJP (2020)

6.3. SUBCOMPONENTE I.1.3 – MELHORAMENTO DO HABITAT EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES VULNERÁVEIS

Será financiado o reassentamento involuntário de famílias em situação de risco em assentamentos irregulares do Complexo Beira Rio (CBR), selecionados por sua situação de vulnerabilidade. No CBR serão financiadas, entre outras, as seguintes atividades:

-  (i) projeto urbanístico integral da área;
-  (ii) reassentamento de aproximadamente 840 famílias que vivem em zonas de risco, incluindo desapropriação de áreas para construção de cerca de 675 habitações;
-  (iii) implementação de obras de infraestrutura e/ou equipamento urbano em áreas selecionadas;
-  (iv) elaboração e implementação de um plano de acompanhamento socioeconômico para as famílias beneficiadas, incluindo a criação de um Escritório Local de Gestão (ELO); e
-  (v) regularização cadastral e titulação de propriedades.

Em relação ao Complexo Via Férrea (CVF), com o Pleito de alteração do Contrato de Empréstimo, foram retirados os itens (i) e (ii), sendo realizado apenas o item (iii), os itens podem ser observados abaixo:

-  (i) ~~o projeto urbanístico integral da área;~~
-  (ii) ~~seleção de obras essenciais para prover serviços de infraestrutura básica e/ou equipamento urbano; e~~
-  (iii) recuperação socioambiental do antigo lixão municipal.

6.3.1. URBANIZAÇÃO INTEGRADA DE ÁREAS SUBNORMAIS NO COMPLEXO BEIRA RIO

Tabela 20 - Urbanização integrada de áreas subnormais do Complexo Beira Rio

Urbanização integrada de áreas subnormais no Complexo Beira Rio	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 52.202.745,17
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID/PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Complexo Beira Rio – CBR é composto por oito (08) comunidades:

-  Brasília de Palha,
-  Cafofo/Liberdade,
-  Miramar,
-  Tito Silva,
-  Padre Hildon Bandeira,
-  Vila Tambauzinho,
-  Santa Clara,
-  São Rafael.

Essas Comunidades estão inseridas nos Bairros:

-  Expedicionários,
-  Torre,
-  Miramar,
-  Tambauzinho
-  Castelo Branco.

No Complexo Beira Rio há centenas de famílias morando em situação de risco. A área de intervenção caracteriza-se por notável irregularidade fundiária, com a existência de invasões de propriedades privadas e públicas (terras de domínio da União e do Município) e outras provenientes de doação, e ocupação de áreas sujeitas à inundação, inseridas em Áreas de Preservação Permanente – APP e Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes – ZEP2.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, iniciou conversas junto à CAGEPA para que seja firmado um convênio especificando as mútuas responsabilidades na execução das obras de esgotamento sanitário e sua futura operação e manutenção.

O Complexo Beira-rio trata-se de um projeto audacioso, onde serão construídas unidades habitacionais, equipamentos públicos, parque linear e intervenções de infraestrutura nas comunidades com serviços de pavimentação, contenção de encostas, drenagens, esgotamento sanitário, iluminação pública e outros projetos em paralelo para atender às demandas sociais da região.

Na alteração do contrato de empréstimo, foi realizada uma redução do valor de contrapartida. No Centro de Cooperação da Cidade foi reduzido o montante total de investimento e o valor de US\$ 9,40 Milhões, foi remanejado para os Obras dos habitacionais do CBR e este mesmo montante em valor de contrapartida foi retirado.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 21 - Consultoria para elaboração do Projeto de Habitação Sustentável

I.1.3.4.4.2 - Consultoria para elaboração do Projeto de Habitação Sustentável	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 544.506,00
Valor Contratado	US\$ 503.735,41
Status	Em execução, conclusão prevista para o 1º semestre de 2023
Avanço	
Alteração de escopo que consistiu na alteração dos projetos básicos que haviam sido entregues e resultou em aditivo de contrato.	
Dificuldades	
Alteração no escopo de projetos de 4 pavimentos, para 5 pavimentos conforme novo código de obras.	
Ação para a Dificuldade	
Aditivo de contrato junto ao consórcio para realizar a alteração nos projetos básicos que já haviam sido entregues.	

Tabela 22 - Consultoria para elaboração dos projetos de infraestrutura do CBR

I.1.3.4.2.1 - Consultoria para elaboração dos projetos básicos e executivos de infraestrutura do Complexo Beira Rio	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 870.000,00
Valor Contratado	US\$ 659.767,05
Status	Concluído no 2º semestre de 2022
Avanço	
Projetos Entregues e contrato finalizado em julho de 2022. Atingida a previsão na PMR, onde os projetos foram entregues conforme prazo estipulado no indicador de Metas do Programa para o ano de 2022.	
Dificuldades	
Ajustes nos projetos e produtos entregues.	
Ação para a Dificuldade	
Criação de grupo de trabalho junto com a comissão fiscal e reuniões de "check point" afim de garantir celeridade e eficiência dos projetos.	

Tabela 23 - Obras de construção das 565 Unidades habitacionais

Aquisição I.1.3.1.2.1 - Obras de construção das 565 Unidades habitacionais e dos equipamentos comunitários	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 14.601.563,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2023
Avanço	
Recebido o projeto básico e o orçamento da empresa contratada para abertura do processo de contratação da obra. Elaboração Termo de referência finalizado e lançado o edital de contratação em outubro/2022. Disponível no link: https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/licitacoes?id=7171	
Dificuldades	
Alteração no escopo de projetos de 4 pavimentos, para 5 pavimentos conforme novo código de obras.	
Ação para a Dificuldade	
Aditivo de contrato junto ao consórcio para realizar a alteração nos projetos básicos que já haviam sido entregues.	

Tabela 24 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio

I.1.3.1.1.2.1 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.785.706,08
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2023
Avanço	
Previsão de contratação para março/2023 – Termo de referência finalizado e lançado o edital de contratação. Disponível no link: https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/licitacoes?id=7398	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 25 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR.

Aquisição I.1.3.1.1.2.3 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 7.319.031,75
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Projeto Básico pronto e TR em elaboração, previsão da Assinatura de Contrato em setembro/2023.	
Dificuldades	
Alterações de traçado na Adutora existente, que é de domínio da CAGEPA que resultou em uma nova identificação para a correta e precisa localização da adutora. Esse novo traçado impactou em alterações no cenário de remoção.	
Ação para a Dificuldade	
Parceria entre a PMJP, Consórcio e CAGEPA para definir o traçado, e ajustar os projetos e estudos de remoção na área de interferência.	

Tabela 26 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR

Aquisição I.1.3.1.1.2.4 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 14.132.804,23
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Projeto Básico pronto e TR em elaboração, previsão de Assinatura de Contrato em novembro/2023.	
Dificuldades	
<ol style="list-style-type: none"> 1) Licença ambiental previa 2) Atraso na entrega dos projetos básicos. 	
Ação para a Dificuldade	
<ol style="list-style-type: none"> 1) Reuniões periódicas com a SEMAM afim de garantir efetividade das ações. 2) Criação de grupo de trabalho junto com a comissão fiscal e reuniões de "check point" afim de garantir celeridade e eficiência dos projetos. 	

Tabela 27 - Obras de construção das 110 Unidades habitacionais pelo Reassentamento Rotativo

Aquisição I.1.3.1.2.2 - Obras de construção das 110 Unidades habitacionais pelo Reassentamento Rotativo.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.234.374,50
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023

Avanço
Definição de áreas livres para construir dentro da comunidade Santa Clara, no qual provavelmente não implicará na utilização de aluguel de transição.
Dificuldades
Processo de obtenção de autorização para construir nas áreas identificadas junto a Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP.
Ação para a Dificuldade
Contato com a CEHAP, que é titular da área e está disposta a permitir o uso da área pela PMJP com o objetivo de construir unidades habitacionais para beneficiar as famílias da comunidade Santa Clara.

6.3.2. REASSENTAMENTO E ATIVIDADES SOCIAIS

I.1.3.2 - Reassentamento e atividade sociais	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.056.204,07
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

Tabela 28 - Reassentamento e atividades sociais

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Serão implantados serviços, bens e consultoria para realizar o conjunto de atividades sociais de reassentamento involuntário através do Plano de Desenvolvimento Comunitário do Complexo Beira Rio – CBR, com foco nas atividades de implantação dos Escritórios Locais de Gestão – ELO's, dos Planos executivos e Reassentamento e Relocalização – PERR's e Plano de Desenvolvimento do Território – PDT baseado em três pilares: sustentabilidade ambiental, geração de Trabalho e Renda e Inclusão de Gênero.

O objetivo central é promover o acompanhamento das ações de transformações sócio urbanísticas, ambientais e econômicas do território, com foco no reassentamento de famílias que se encontram atualmente em situação de risco, como também na melhoria geral do bem-estar de toda a população das oito (08) comunidades do CBR.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 29 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do PDC no CBR

I.1.3.2.1.1 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.600.000,00
Valor Contratado	US\$ 2.250.047,93
Status	Em execução
Avanço	
<ul style="list-style-type: none"> - Realização da validação do cadastro das famílias, onde foi realizada uma auditoria; - Concessão dos aluguéis emergenciais (reassentamento provisório das famílias em situação de risco eminente); - Continuidade dos atendimentos nos 4 ELOS; - Elaboração do PDT; - A construção dos cenários de compensações e das alternativas de reassentamento. 	
Dificuldades	
<ul style="list-style-type: none"> - O diálogo social e resistência de parcela da comunidade a execução do Plano de Reassentamento; - A elaboração dos documentos técnicos de reassentamento pela empresa (PEERs); - O valor previsto para o PDT está diferente do proposto pela empresa devido à problemas de gestão financeiras do contrato que diminuem a capacidade de gerar maior resultado pelo PDT. 	
Ação para a Dificuldade	
<ul style="list-style-type: none"> - Foi elaborado um plano emergencial; - Foi realizada uma ação conjunta de fortalecimento das ações técnica entre a UEP, o BID, Gerenciadora e Consórcio para equacionar as pendências; - Analisar e aprovar novo cronograma físico-financeiro. 	

6.3.3. RECUPERAÇÃO DO ANTIGO LIXÃO DO ROGER

Tabela 30 - Recuperação do Antigo Lixão do Roger

Recuperação do Antigo Lixão do Roger	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.055.248,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID/PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Lixão do Roger foi encerrado em 2003 e os monitoramentos realizados após essa data indicam contaminação das águas subterrâneas, sendo ele um dos possíveis responsáveis por

essa situação. A proximidade com comunidades locais e passivo ambiental identificado indicam a necessidade de direcionamento correto quanto ao seu encerramento, que envolvem atividades de descontaminação e recuperação da área. O Projeto de Recuperação do Antigo Lixão do Roger prevê ainda a instalação de um Parque socioambiental, instituindo um novo uso para a área.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 31 - Desapropriação/Indenização da área do antigo Lixão do Roger

I.1.3.4.1.2 - Desapropriação/Indenização da área do antigo Lixão do Roger	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 982.802,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2023
Avanço	
Publicação da PDISP (Portaria de Interesse de Serviço Público SPU/ME nº 6.556, de 22 de julho de 2022); alinhamento SPU/UEP sobre fluxo para a desapropriação;	
Dificuldades	
Atrasos no envio da Notificação dos ocupantes/foreiros para apresentação documental do imóvel (início do fluxo para desapropriação).	
Ação para a Dificuldade	
Acompanhar o processo de elaboração e aprovação do Termo de Notificação (SPU e AGU) e enviar dados cadastrais de ocupantes/foreiros da área para dar início ao fluxo desapropriação.	

Tabela 32 - Consultoria para elaboração dos projetos para o Antigo Lixão do Roger

I.1.3.4.1.1 - Consultoria para elaboração dos projetos básicos e executivos para remediação do Antigo Lixão do Roger	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 266.198,00
Valor Contratado	US\$ 210.720,95
Status	Em execução, conclusão prevista para o 1º semestre de 2023
Avanço	
Entrega dos Produtos 4 (Análise Técnica das Alternativas aplicáveis de Recuperação Ambiental) e 5 (Projeto Básico da Alternativa de Recuperação); realização de levantamentos de campo e ensaios laboratoriais referentes à pesquisa do biogás remanescente, com respectiva entrega do relatório; entrega do projeto conceitual do Parque Socioambiental;	

realização reuniões com as PIs para divulgação das informações e escuta da comunidade; realização da Audiência Pública/Consulta Significativa do Projeto do Parque; envio do projeto básico de recuperação para Análise da Viabilidade Técnica da CAGEPA.

Dificuldades

Dúvida sobre a melhor escolha técnica para a desgaseificação de forma a garantir, efetividade, segurança e economicidade.

Ação para a Dificuldade

Obter Termo de Aditivo nº 2 do Contrato para realização da pesquisa detalhada do biogás remanescente.

7. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Este componente tem como objetivo apoiar o governo municipal na modernização dos instrumentos de gestão e na prestação de serviços públicos e ampliar a arrecadação tributária. Os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

7.1. SUBCOMPONENTE I.2.1 – MELHORAMENTO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA

Será financiada:

-  (i) a implementação de um novo modelo de gestão da arrecadação e dos contribuintes;
-  (ii) a atualização do cadastro de valores imobiliários;
-  (iii) a implementação de um novo modelo de gestão de contribuintes, de cobrança e um sistema de administração tributária, de programa de inteligência e de educação fiscal.

7.1.1. MODELO DE GESTÃO DOS CONTRIBUINTES

Tabela 33 - Modelo de Gestão dos Contribuintes

I.2.1.1 - Modelo de Gestão dos Contribuintes	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 120.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

São ferramentas que irão modernizar a gestão tributária da Prefeitura para agilizar e otimizar: arrecadação dos contribuintes, cadastro de valores imobiliários e novo modelo de gestão de administração tributária.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 34 - Aquisição de ferramenta tecnológica

I.2.1.1.1 - Aquisição de ferramenta tecnológica	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 120.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Em avaliação

Avanço
A Prefeitura Municipal de João Pessoa está adquirindo o licenciamento da ferramenta Business Intelligence com recursos próprios e em parceria com outro ente público (Companhia de Processamento de Dados da Paraíba - CODATA), na modalidade de Dispensa de Licitação. Para fevereiro de 2023 deverá estar na fase de orçamentação.
Dificuldades
Não aplicável.
Ação para a Dificuldade
Não aplicável.

7.1.2. PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Tabela 35 - Planta PGV atualizada

I.2.1.2 - Planta PGV	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.010.375,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

São ferramentas que irão agilizar a política tributária municipal, irão otimizar e planta de valores imobiliários.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 36 - Aquisição de software

I.2.1.2.1 - Aquisição de software	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 348.750,00
Valor Contratado	US\$ 336.290,42
Status	Concluído
Avanço	
Entrega do Software Treinamento dos Servidores Públicos para o manuseio do Software.	
Dificuldades	
Definição de uma data para realização do treinamento. Demora na entrega dos equipamentos para uso do software.	

Ação para a Dificuldade
Em novembro/2022 foi possível iniciar os treinamentos após os equipamentos serem entregues e em dezembro/2022 o treinamento foi finalizado.

Tabela 37 - Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV

I.2.1.2.2 - Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.726.000,00
Valor Contratado	US\$ 3.661.625,00
Status	Em execução, conclusão prevista para o 1º semestre de 2023
Avanço	
Mapeamento aéreo de todo o Município Mapeamento do relevo em alta precisão; Mapa Urbano atualizado; Mapeamento Móvel Terrestre 360°.	
Dificuldades	
Dificuldade em obter relatórios atualizados da contratada.	
Ação para a Dificuldade	
Reuniões Semanais de monitoramento com o representante da contratada.	

7.1.3. NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Tabela 38 - Novo sistema de administração tributária

I.2.1.4 - Novo sistema de administração tributária	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.241.875,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A fábrica de software servirá para comercializar este programa, que poderá ser usado em outras gestões, pois será desenvolvido pela prefeitura de João Pessoa e trará retorno financeiro ao erário.

A seguir podem ser observados os avanços desta intervenção.

Tabela 39 - Solução Integrada de Gestão Tributária

1.2.1.4.1 - Solução Integrada de Gestão Tributária	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.241.875,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
<p>Aprovação do método de aquisição dos PA 3.2 - Solução Integrada de Gestão Tributária - LPN para Sistema Nacional (SN).</p> <p>Mudança no planejamento para a aquisição e customização do software para o Sistema Tributário.</p> <p>Conclusão de todas as fases internas do processo administrativo em outubro de 2022;</p> <p>Publicação do Edital em outubro de 2022 e em novembro de 2022 iria ocorrer a concorrência para a contratação de empresa especializada em desenvolvimento;</p> <p>Revogação do Edital em dezembro de 2022, justificado por motivo da PMJP aderir a regulamentação da tributação federal.</p> <p>No mês de janeiro de 2023, irá ocorrer visita técnicas de empresas para avaliação e proposta de ajuste de escopo para o ETP e TR.</p>	
Dificuldades	
<p>Mudança de escopo do ETP e TR são necessários.</p> <p>Conciliar o agendamento de visita técnica das empresas para reavaliar a mudança de escopo e propor novos ajustes aos documentos.</p> <p>A prefeitura aderiu a Nota Fiscal Nacional.</p>	
Ação para a Dificuldade	
<p>Ajustar o ETP e o TR com a regulamentação sobre a adesão da PMJP para a Nota Fiscal eletrônica nacional.</p> <p>Receber os relatórios técnicos das empresas, com as contribuições de melhorias no ETP e TR;</p>	

7.1.4. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL

Tabela 40 - Programa de Educação Fiscal

1.2.1.5 - Programa de Educação Fiscal	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 50.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O software servirá para um melhor banco de dados e agilidade na gestão tributária, como também na diminuição das perdas e aumentar a arrecadação.

Conforme publicado no Diário da União em 30/08/2022, que conta no Relatório como Anexo I, a Prefeitura de João Pessoa firmou a adesão realizada pelos ENTES FEDERADOS ao padrão nacional da NotaFiscal de Serviço eletrônica, desta forma, a meta prevista na PMR de implantação do Nota Fiscal de João Pessoa foi alterada por esta adesão realizada.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 41 - Contratação de empresa para desenvolver software

I.2.1.5.1 - Contratação de empresa para desenvolver software que permita aprimorar o programa de educação fiscal.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 50.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
A coordenação de Tecnologia da Informação da UEP, informa ter atendido a meta do PMR. Solicitou a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SEDEC-DTIC) informações dos softwares de jogos com lições de educação financeira que incentivam comportamentos positivos em relação ao dinheiro. A Diretoria responde a solicitação, encaminha uma lista de softwares e menciona que estes jogos de educação fiscal poderão ser empregados nos computadores adquiridos pela Secretaria de Educação.	
Dificuldades	
Não aplicável.	
Ação para a Dificuldade	
Não aplicável.	

7.1.5. DATA CENTER

Tabela 42 - Data Center

I.2.1.6 - Data Center	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.789.658,08
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Execução de Obras, Aquisição de Infraestrutura do Data Center, de Equipamentos de Informática e Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de Tecnologia da Informação.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 43 - Aquisição de Infraestrutura Data Center

I.2.1.6.2 - Aquisição de Infraestrutura (Sala Segura) e Equipamentos de Informática para o Data Center.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.101.250,00
Valor Contratado	US\$ 3.761.904,76
Status	Em execução
Avanço	
Conclusão de todas as fases internas do processo administrativo; Licitação e Homologação ocorreram em outubro de 2022; Assinatura da Ordem de Serviço ocorreu em dezembro/2022; A contratado está executando o contrato e previsão de entrega das 02 (duas) Salas Seguras para abril de 2023.	
Dificuldades	
Não aplicável.	
Ação para a Dificuldade	
Não aplicável.	

Tabela 44 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de TI

I.2.1.6.5 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de Tecnologia da Informação - Segunda Etapa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 26.964,01
Valor Contratado	US\$ 26.964,01
Status	Concluído no 2º semestre de 2022
Avanço	
Realização dos serviços de continuidade inerentes a Aquisição I.2.1.6.2 - Aquisição de Infraestrutura (Sala Segura) e Equipamentos de Informática para o Data Center e Aquisição I.2.1.6.2 - Aquisição de Infraestrutura (Sala Segura) e Equipamentos de Informática para o Data Center.	
Dificuldades	
Não aplicável.	
Ação para a Dificuldade	
Não aplicável.	

Tabela 45 - Serviços de adequação da rede elétrica, lógica e civis da infraestrutura física, instalação de software, suporte técnico e treinamento para o Data Center.

I.2.1.6.6 - Serviços de adequação da rede elétrica, lógica e civis da infraestrutura física, instalação de software, suporte técnico e treinamento para o Data Center.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 635.000,00
Valor Contratado	US\$ 380.952,38
Status	Em Execução
Avanço	
Conclusão de todas as fases internas do processo administrativo, a Licitação e Homologação ocorreram em outubro de 2022. Assinatura da Ordem de Serviço ocorreu em dezembro/2022. A empresa contratada está executando o contrato e previsão de entrega das 02 (duas) Salas Seguras para abril de 2023.	
Dificuldades	
Ordem de serviço assinada e a empresa quer faturar pela filial.	
Ação para a Dificuldade	
Reuniões com o Coord. temático, Gerenciadora, Coord. Geral, CEL e Coord. Financeira sobre o impacto no atraso do desembolso planejado e as complicações contratuais sobre esta dificuldade mencionada.	

7.2. SUBCOMPONENTE I.2.2 – MELHORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Este subcomponente financiará as seguintes atividades:

-  (i) apoio à reestruturação organizacional de órgãos municipais vinculados ao Programa;
-  (ii) capacitação dos servidores públicos municipais, no âmbito da implementação da escola de governo;
-  (iii) modernização da gestão patrimonial;
-  (iv) aperfeiçoamento do sistema de gestão financeira e contábil municipal;
-  (v) melhoramento da gestão das compras municipais;
-  (vi) implementação de uma gestão financeira focada na melhoria dos gastos;
-  (vii) melhoramento do planejamento e gestão da assistência social;
-  (viii) implementação de modelo de atuação da defesa civil municipal;
-  (ix) aperfeiçoamento do sistema de serviços e segurança na área da tecnologia da informação;
-  (x) implantação de data center; e
-  (xi) implantação de uma sala segura que cumpra com padrões de segurança internacionais.

Neste início do semestre de 2023.1 a Secretaria de Administração (SEAD) informou por meio do Memorando Interno 4.030/2023, que consta como Anexo II, à Coordenação de Fortalecimento da Gestão que já está implantando um Modelo de Gestão de Compras e que a aquisição do Plano de Aquisições de serviços de digitalização, a secretaria entende como não necessário devido a implantação do 1Doc.

7.2.1. SECRETARIAS COM PLANO DE REESTRUTURAÇÃO

Tabela 46 - Secretarias com plano de reestruturação

I.2.2.1 - Secretarias com plano de reestruturação	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.187.232,47
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Execução de Obras, Aquisição de móveis e utensílios, de equipamento, de equipamentos para a Secretaria de Meio Ambiente, de equipamentos para laboratório da Secretaria de Meio Ambiente, Software para elaboração de projetos de engenharia para a Prefeitura Municipal

de João Pessoa, Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos, Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita, Consultoria para desenvolvimento de modelos de gestão, para atualização de processos, para desenvolvimento de banco de dados, para desenvolver modelos de gestão, para o desenvolvimento de sistema, em gestão administrativa, Capacitação de fiscais e técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, Aquisição de equipamentos de informática e softwares, Locação de imóveis, - Aquisição de equipamentos de informática e softwares para a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), para a Secretaria de Administração (SEAD), para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), para a Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM), para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDES) e para a Defesa Civil.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 47 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA)

Aquisição I.2.2.1.1 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) que permita o fluxo de veículos, máquinas e equipamentos.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 350.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2023
Avanço	
Em conjunto com a SEINFRA foi ajustado o TR para o novo certame e atualizado o orçamento. Neste semestre foram concluídas todas as fases internas do processo administrativo. Lançamento de edital do novo certame realizado em dezembro/2022.	
Dificuldades	
Não aplicável.	
Ação para a Dificuldade	
Não aplicável.	

Tabela 48 - Aquisição de equipamento para o setor de veterinária do Zoológico

I.2.2.1.4 - Aquisição de infraestrutura de fiscalização e controle para a Secretaria de Meio Ambiente	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 93.750,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2023

Avanço
<p>Conclusão de todas as fases internas do processo administrativo; Realizado o Pregão em novembro/2022, porém apenas alguns equipamentos tiveram propostas completas e compatíveis. Estes itens foram homologados em dezembro/2022; Previsão de lançamento do novo certame com os equipamentos que não foram adquiridos em fevereiro/2023.</p>
Dificuldades
<p>Empresas licitantes não apresentaram propostas técnicas detalhadas de determinados itens do certame.</p>
Ação para a Dificuldade
<p>Realização de um novo certame.</p>

Tabela 49 - Software para elaboração de projetos de engenharia para a PMJP

1.2.2.1.6 - Aquisição de software para elaboração de projetos de engenharia para a Prefeitura Municipal de João Pessoa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 299.688,84
Valor Contratado	US\$ 46.111,98
Status	Concluído
Avanço	
<p>Conclusão de todas as fases internas do processo administrativo; Homologação e Ordem de Serviço realizada em julho/2022; A empresa contratada realizou a entrega dos softwares em agosto/2022.</p>	
Dificuldades	
<p>Não aplicável.</p>	
Ação para a Dificuldade	
<p>Não aplicável.</p>	

Tabela 50 - Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita

1.2.2.1.8 - Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.000.856,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023

Avanço
<p>Conclusão de todas as fases internas do processo administrativo em junho/2022; Pregão Eletrônico fracassado, ocorrido em setembro/2022; Após o Fracasso, foi realizada uma mudança de escopo do ETP e TR, que ficaram em ajustes até dezembro/2022. Previsão de realizar nova orçamentação em janeiro/2023 e publicação da licitação para março/2023.</p>
Dificuldades
<p>Fracasso no pregão realizado.</p>
Ação para a Dificuldade
<p>Realizados ajustes no ETP e TR.</p>

Tabela 51 - Consultoria para atualização (processos) de fiscalização de obras

I.2.2.1.10 - Consultoria para atualização (processos) de fiscalização de obras.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 15.625,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto
Avanço	
<p>A coordenação de Tecnologia da Informação da UEP informa o atendimento da meta desta entrega, visto que a Prefeitura incluiu um portal que realiza o objetivo. O portal APROVA DIGITAL (https://joaopessoa.aprova.com.br/home) disponibiliza os serviços à comunidade.</p>	
Dificuldades	
<p>Não aplicável.</p>	
Ação para a Dificuldade	
<p>Não aplicável.</p>	

Tabela 52 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque

I.2.2.1.12 - Consultoria para realizar estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque (BICA)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 207.500,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023

Avanço
Durante o semestre foi elaborado o TR e Orçamento, a Manifestação de Interesse foi publicada em outubro/2022, porém com baixa participação.
Dificuldades
Houve dificuldade de recebimento de cotações para elaboração do orçamento. Dificuldade em encontrar empresas especializadas no tema para realizar obter a quantidade mínima de participação na formação da Lista curta.
Ação para a Dificuldade
Foi realizado prorrogação de prazo para as Manifestações de Interesse e contato com possíveis empresas que atuam na área para apresentar a publicação do certame, como também, contato com conselhos e órgãos de Eng. Ambiental.

7.2.2. ESCOLA DE GOVERNO EAD (ENSINO À DISTÂNCIA)

Tabela 53 - Escola de Governo EAD

I.2.2.2 - Escola de Governo EAD	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.153.312,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Consultoria para elaboração da proposta pedagógica da Escola de Governo e Gestão Pública e definição modelo de EAD, para elaboração do Plano de Capacitação do Município, Execução do Plano de Capacitação do Município, Aquisição de equipamentos de informática e softwares para a Escola de Governo (EAD).

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 54 - Consultoria para elaboração da proposta pedagógica da Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município

Aquisição I.2.2.2.1 - Consultoria para elaboração da proposta pedagógica da Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 143.750,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2023
Avanço	
<p>Durante o semestre foi elaborado o TR e Orçamento, a Manifestação de Interesse foi publicada em setembro/2022, porém com baixa participação e teve seu prazo prorrogado. Em novembro/2023 a Manifestação de Interesse foi finalizada e em dezembro/2022 teve sua Lista Curta elaborada, em janeiro/2023 seguirá aos órgãos de controle para avaliação. Foi realizada a assinatura de acordo de cooperação com a ENAP e publicação da criação da Escola de Governo.</p>	
Dificuldades	
<p>Houve morosidade para aprovação de decreto de criação da Escola de Governo na Câmara de vereadores e para a assinatura de acordo de cooperação devido ao processo eleitoral de 2022.</p> <p>Na elaboração do orçamento houve um número insuficiente de orçamentos estimativos para a composição de valor.</p>	
Ação para a Dificuldade	
<p>Foi necessária uma conversa da Coordenação Geral com o Prefeito sobre o processo da escola de Governo e foi prorrogação do prazo para recebimento do orçamento estimativo.</p>	

7.2.3. SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL

Tabela 55 - Sistema de Gestão financeira e contábil

I.2.2.6 - Sistema de Gestão financeira e contábil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.138.172,45
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Aquisição de equipamentos novos e modernos, como também a otimização dos processos contábeis por meio de um novo sistema orçamentário financeiro que seja eficiente à Prefeitura.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 56 - Contratação para implantação e desenvolvimento do Sistema financeiro e contábil

I.2.2.6.2 - Contratação para implantação e desenvolvimento do Sistema financeiro e contábil.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.048.797,45
Valor Contratado	US\$ 2.047.134,93
Status	Em execução
Avanço	
Em Execução, com o aditamento do contrato em prazo e valor, previsão de conclusão para o 1º semestre de 2023.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 57 - Aquisição de softwares licenciados para as secretarias com o Plano de reestruturação

I.2.2.6.1 - Aquisição de softwares licenciados para as secretarias com o Plano de reestruturação	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 89.375,00
Valor Contratado	US\$ 55.900,00
Status	Concluído
Avanço	
Homologação e Ordem de Serviço realizada em julho/2022. A empresa contratada realizou a entrega dos softwares em agosto/2022;	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

7.2.4. SISTEMA DE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL

Tabela 58 - Sistema de atuação da Defesa Civil

I.2.2.7 - Sistema de atuação da Defesa Civil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.050.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação do órgão municipal de Defesa Civil, para que esteja preparado para o trabalho quando houver necessidades emergenciais, como grandes incidentes, inundações, enchentes, incêndios etc. Assim podendo dar uma resposta mais rápida aos pedidos de auxílio e atuar na prevenção a esses incidentes.

Este item possui relação com a contratação do Consultor Individual para o Plano de Risco e Desastres, onde uma das suas atividades no plano de trabalho será o levantamento e detalhamento dos equipamentos pertinentes a este item. Adicionalmente, o consultor irá elaborar um diagnóstico das atividades e estrutura da defesa civil, além de capacitar a equipe técnica para acompanhar a execução do Plano de Riscos e Desastres.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 59 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil

I.2.2.7.1 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 800.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2023
Avanço	
No semestre o processo passou pelos órgãos de controle e teve o edital de seu pregão publicado em setembro/2022. Porém apenas alguns itens sofreram fracasso e deve ter seu edital relançado.	
Dificuldades	
Fracasso de alguns itens na licitação devido as informações do certame não estar claro para o licitante.	

Ação para a Dificuldade

Alteração na estratégia de contratação no processo licitatório (Alteração de Item para Grupo), também foi alterada a estrutura do TR e atualizado o orçamento para relançamento edital.

7.2.5. INFRAESTRUTURA FÍSICA DE TI APERFEIÇOADA

Tabela 60 - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada

I.2.2.8 - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 165.625,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação da TI da Prefeitura, com equipamentos novos, capacitação dos colaboradores que atuam nessa área e a implantação de um cabeamento bem estruturado.

Neste Produto do Componente I.2, a Coordenação de TI está analisando o cancelamento do item de capacitação, visto que na entrega da contratação da Rede Lógica (I.2.2.1.8 - Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita) está prevista a realização da capacitação, desta forma pode ser realizado o cancelamento da linha "I.2.2.8.2 - Capacitação em gerenciamento de rede e implantação de cabeamento estruturado."

Não houve evolução física nas demais aquisições deste produto no decorrer do 2º semestre de 2022.

7.2.6. SISTEMA DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA IMPLANTAÇÃO DE FIREWALL NA PMJP

Tabela 61 - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP

I.2.2.9 - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 228.125,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação da segurança aos servidores, programas e arquivos dos computadores da Prefeitura.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 62 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática

I.2.2.9.2 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 109.375,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2023
Avanço	
A coordenação de Tecnologia da Informação da UEP, informa a conclusão de todas as fases internas do processo administrativo em dezembro de 2022, foi solicitado ajuste no TR e Orçamento Estimativo, que está com previsão de conclusão em fevereiro de 2023.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

8. COMPONENTE II – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

8.1. SUBCOMPONENTE II.1 – UEP E AUDITORIA

Trata-se da criação da Unidade Executora do Programa (UEP), seu funcionamento e a contratação de uma empresa consultoria especializada em gestão de projetos para apoiar o gerenciamento dos distintos componentes da operação, incluindo a supervisão de todas as obras de infraestrutura e equipamento urbano. Neste Subcomponente também são contratados serviços de consultoria para avaliação, assim como a auditoria externa contábil financeira e a implementação do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS). Os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

8.1.1. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ

Tabela 63 - Apoio ao Gerenciamento PJ

II.1.1 - Apoio ao Gerenciamento PJ	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Este item atua no apoio técnico e gerencial à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 64 - Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA)

II.1.1.2 - Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Valor Contratado	US\$ 2.012.633,48
Status	Em execução

Avanço
<p>A Gerenciadora tem atuado diretamente junto à UEP em reuniões com discussões sobre o andamento do Programa em todas as áreas e estratégias que melhorem o seu avanço. A Gerenciadora também trabalha na elaboração de Termos de Referência, Orçamentos, Relatórios de Progresso do Projeto, Emissão de Parecer, Participação como formador em oficinas de capacitação, Revisão de orçamentos, rituais de monitoramento do programa, entre outras atividades.</p> <p>As atividades da gerenciadora são monitoradas por meio de relatórios mensais que relatam as atividades desenvolvidas e entregas, em conjunto com os documentos de oficialização.</p>
Dificuldades
Não se aplica.
Ação para a Dificuldade
Não se aplica.

8.1.2. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ FINANCEIRO

Tabela 65 - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro

II.1.2 - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.209.791,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O sistema de informação financeira permite o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e de outros relatórios relacionados com os recursos do empréstimo e de outras fontes de financiamento.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 66 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)

II.1.2.1 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 500.000,00
Valor Contratado	US\$ 388.214,53
Status	Em execução

Avanço
Contrato em execução em conformidade com o previsto.
Dificuldades
Não se aplica.
Ação para a Dificuldade
Não se aplica.

8.1.3. CONSULTORES INDIVIDUAIS

Tabela 67 - Consultores individuais

II.1.3 - Consultores individuais	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 443.209,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estes consultores possuem o objetivo de prover à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa o apoio técnico e gerencial.

Conforme previsto e observado abaixo, houve avanço apenas para o consultor do CCC.

Tabela 68 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de implantação do CCC

II.3.1.3.5 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de implantação do CCC - Segunda Etapa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 75.000,00
Valor Contratado	US\$ 74.051,00
Status	Em execução
Avanço	
Elaboração de Termo de Referência e Orçamento estimativo, seguiu para análise dos órgãos de controle interno e teve seu edital Publicado de Seleção de Consultor Individual nº 97001/2022, onde 03 consultores participaram do certame e enviaram seus currículos, foi realizada a análises curriculares e publicado o relatório final de escolha. Teve o resultado	

adjudicado/homologado, prosseguiu com a assinatura do contrato e publicação de ordem de serviço.

Dificuldades

No 1º semestre o processo estava parado na elaboração do termo de Referência.

Ação para a Dificuldade

No início do 2º semestre de 2022 o processo evoluiu no Termo de Referência e Orçamentação. Como também houve a troca da Coordenação do Sr. Ronaldo para a Sra. Andrea.

8.1.4. EQUIPE LOCAL

Tabela 69 - Equipe local

II.1.4 - Equipe local	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.923.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Equipe da Prefeitura Municipal de João Pessoa, responsável pela execução do programa. Equipe composta pelas Coordenações: Geral, Executiva, de Tecnologia da Informação, Administrativo e Financeiro, de Desenvolvimento Urbano Sustentável, do Centro de Cooperação da Cidade, de Aspectos Ambientais, de Aspectos Sociais e do Fortalecimento da Gestão Pública. Esta Equipe conta ainda com os Assessores Jurídico, de Comunicação e Técnica, como também da Comissão Especial de Licitação.

Tabela 70 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa

II.3.1.4.1 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.923.000,00
Valor Reconhecido	US\$ US\$ 1.150.185,39 (valor reconhecido acumulado, sendo US\$ 339.592,48 reconhecido em 2022)
Status	Em execução

Avanço
<p>Realização de reuniões contínuas com demais secretarias da PMJP para planejamento das contratações e com os fornecedores já contratados, para garantir que as metas do Programa sejam alcançadas.</p> <p>Conforme descrito no Capítulo 1, ocorreram alterações e adições de profissionais na equipe da Unidade Executora do Programa.</p>
Dificuldades
<p>Como também apresentado no capítulo 1, na área social houve a saída das Sra. Norma Gouveia e a Sra. Vaneide Santos.</p>
Ação para a Dificuldade
<p>Para as saídas houve a adição da Sra. Mônica Gomes para o 1º semestre de 2023.</p>

8.1.5. SUPERVISÃO DE OBRAS

Tabela 71 – Supervisão de Obras

II.1.5 - Supervisão de Obras	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A Supervisora de Obra da Execução do Programa tem como objetivo prover à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa o apoio técnico e gerencial no âmbito da supervisão técnica, ambiental e social das obras e projetos de infraestrutura executados. Apresentar relatórios sucintos sobre o avanço das obras para serem discutidos nas reuniões programadas.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 72 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia

II.2.1.1 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para o 1º semestre de 2023

Avanço
Termo de Referência e Orçamento elaborado, processo de contratação iniciado e realizada da Manifestação de Interesse. No mês de novembro/2022, após finalizada a lista curta, iniciou as análises nos órgãos de controle e finalizada em dezembro/2022, previsto para janeiro/2023 ser enviado para a 1º Não Objeção do BID por ser um processo ex-ante.
Dificuldades
Cronograma de contratação em descompasso com relação ao início das obras, pois a supervisora é condicionante para início de obras no âmbito do Programa.
Ação para a Dificuldade
Elaboração de justificativa e definição de modelo de supervisão pela PMJP para os períodos e obras que poderão iniciar antes da contratação da supervisora.

8.2. SUBCOMPONENTE II.2 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Este subcomponente financiará as atividades relacionadas as auditorias para avaliação do Programa.

8.2.1. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Tabela 73 - Monitoramento e Avaliação - Componente I e Componente II

II.2.2 – Monitoramento e Avaliação - Componente I e Componente II	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 469.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Consultoria para Monitoramento e Avaliação do Programa em seu período intermediário e final, conforme previsto no Contrato de Empréstimo, itens 2.09 e 3.01.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 74 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa

II.3.1.3.2 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 134.104,00
Valor Contratado	US\$
Status	Previsto para 1º semestre de 2023
Avanço	
Termo de Referência em elaboração, com previsão de que sua execução seja realizada no segundo semestre de 2022.	
Dificuldades	
Houve atraso no processo devido a fatores que se apresentaram fora do alcance da Unidade Executora (UEP) e que, ocasionaram atrasos significativos no cumprimento das metas físico-financeiras previstas no Programa João Pessoa Sustentável.	
Ação para a Dificuldade	
Conforme Ofício 14.345/2022 enviado pela UEP para o BID em dezembro/2022, após a aprovação do Pleito de aumento de prazo de desembolso do Contrato de Empréstimo, foi solicitada a alteração do prazo previsto na cláusula 5.03 (a) de apresentação do Relatório de Avaliação Intermediária do Programa, dilatando sua entrega para outubro/2023, que posteriormente foi aprovada pelo Banco em e-mail também enviado em dezembro/2023.	

8.3. SUBCOMPONENTE II.3 – PROGRAMA DO MGAS

Este subcomponente financiará as seguintes atividades:

8.3.1. TRABALHO SOCIAL

Tabela 75 - Programas 4,5,14 e 15 do MGAS

Trabalho Social (Programas 4,5,14 e 15 do MGAS)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 337.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Contratar Empresa Especializada para Execução de Trabalho Social nas intervenções que serão realizadas no Antigo Lixão do Roger com foco nas atividades de implantação do Programa de Comunicação Social e Gestão de Queixas, Programa de Educação Ambiental e Sanitária, Programa de Controle e Mitigação de Impactos Econômicos Temporários e Serviços e Mecanismos de Consulta Significativa (Programas 4, 5, 14 e 15 do MGAS).

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 76 - Contratação de Empresa Especializada para Trabalho Social

II.3.3.1.1 - Contratação de Empresa Especializada para execução do trabalho social do Antigo Lixão do Roger.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 337.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
No 2º semestre de 2022 o processo passou pelos órgãos de controle e teve seu edital publicado, porém teve sua concorrência suspensa em outubro/2022 em virtude da mudança de escopo.	
Dificuldades	
Alteração da área de abrangência (supressão da parte relacionada ao serviço de desassoreamento do rio Jaguaribe), que gerou suspensão do processo de contratação e readequação do TR.	
Ação para a Dificuldade	
Elaboração de novo Termo de Referência com cronograma adequado e área de abrangência e equipe.	

8.3.2. INTERVENÇÕES NO RIO JAGUARIBE

Tabela 77 - Programa de Mitigação de Acúmulo de Lixo e Sedimentos no Rio Jaguaribe

Intervenções no rio Jaguaribe	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.323.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Avaliar os possíveis impactos negativos decorrentes das obras do Complexo Beira Rio sobre a qualidade da água e sobre a comunidade afetada, além de monitorar as variações na qualidade da água, face às melhorias incorporadas. Essas atividades visam tornar o ambiente compatível com o uso público, possibilitando assim a implantação do Parque Linear do Jaguaribe.

Para potencializar os efeitos positivos das ações do Programa e evitar efeitos negativos ligados ao acúmulo de lixo nas áreas de APP do rio Jaguaribe, serão realizados o projeto de desassoreamento e serviço de desassoreamento do rio Jaguaribe, voltados à recuperação do calado das calhas do rio.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 78 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe - Programa 8 do MGAS

II.3.3.9.2 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe - Programa 8 do MGAS.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 390.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Adequação do Termo de Referência com novo escopo da junção do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental, assim como do critério de avaliação. Realizado novo orçamento estimativo. Em dezembro/2022 foi realizada a publicação do convite à Manifestação de Interesse (MI).	
Em função do fracasso da licitação do Diagnóstico, houve decisão conjunta (UEP, AmbGis, Gerenciadora e BID) de unir o Monitoramento com o Diagnóstico Ambiental do rio, para ter maior agilidade, economia e efetividade na contratação. Na alteração do Plano de Aquisições ocorrida em outubro/2022 e aprovada em novembro/2022, foram remanejados recursos do item da Consultoria para Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe para o item do Diagnóstico Ambiental do Jaguaribe.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 79 - Consultoria para elaboração do projeto de desassoreamento do Rio Jaguaribe

II.3.3.2 - Consultoria para elaboração do projeto de desassoreamento do Rio Jaguaribe - Programa 9 do MGAS	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 932.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
<p>Finalização do TDR e do Orçamento do Projeto de Desassoreamento.</p> <p>Após orçamento estimativo do Projeto de Desassoreamento foi identificada a ausência de recurso para contratação, foi sugerido elaborar um o projeto de desassoreamento para o rio como um todo, contemplando matriz de risco e decisão.</p> <p>Desta forma, na alteração do Plano de Aquisições ocorrida em outubro/2022 e aprovada em novembro/2022, foram remanejados recursos do Serviço de Desassoreamento para o item da elaboração dos projetos de desassoreamento do rio Jaguaribe.</p> <p>Em novembro/2022 foi realizada a publicação do convite à Manifestação de Interesse (MI).</p>	
Dificuldades	
Recebimento de Manifestações de Interesse inferior ao mínimo exigido no prazo estipulado.	
Ação para a Dificuldade	
Realizada a prorrogação o prazo para o recebimento da MI e ampliar divulgação.	

8.3.3. PROGRAMA DE CONTROLE DE VETORES DE DOENÇAS

Tabela 80 - Programa de Controle de vetores de doenças

II.3.5 - Programa de Controle de vetores de doenças	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 60.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Evitar e controlar pragas e vetores de doenças, principalmente através de medidas profiláticas, nas áreas de atuação do Programa e principalmente ligadas ao CBR.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 81 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças

II.3.3.5.1 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças - Programa 12 do MGAS	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 60.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2023
Avanço	
Adequação do Termo de Referência e do Orçamento conforme parecer jurídico da PGM. Realizada a publicação de edital do pregão eletrônico nº 71003/2022. Ocorrendo a homologação do pregão com aquisição parcial dos equipamentos previstos no TR.	
Dificuldades	
A homologação não ocorreu para apenas os seguintes itens: 01 (uma) impressora/copiadora, 02 (dois) veículos pick-up, 02 (duas) motocicletas.	
Ação para a Dificuldade	
Adequar documentação para novo processo licitatório (pregão eletrônico nº 73006) contemplando itens remanescentes. No entanto, pregão foi fracassado no dia 22/12/22, sendo necessário planejar nova ação para a dificuldade.	

8.3.4. PLANOS DE CONTIGÊNCIA

Tabela 82 - Planos de Contingência

II.3.8 - Planos de Contingência	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 60.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Os Planos de contingência têm o objetivo de descrever as medidas a serem tomadas, incluindo a ativação de processos manuais, para fazer com que seus processos vitais voltem a funcionar plenamente, ou em um estado minimamente aceitável o mais rápido possível, evitando assim uma paralisação prolongada que possa gerar maiores prejuízos ou perdas, sejam materiais, recursos naturais ou humanas.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2022 desta intervenção.

Tabela 83 - Intervenções de emergência do Plano de Contingencia - Programa 17 do MGAS.

II.3.3.8.1 - Intervenções de emergência do Plano de Contingencia - Programa 17 do MGAS.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 60.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Em Avaliação
Avanço	
Criação de fluxos e protocolos de atendimento para as novas situações de emergência, incluídos como Anexo 01 do PAEC.	
Dificuldades	
Divulgação e alinhamento do PGR, PAEC e fluxos/formulários.	
Ação para a Dificuldade	
Organizar reunião entre os agentes envolvidos nos fluxos.	

9. COMUNICAÇÃO

Ao longo dos últimos meses a equipe de Assessoria de Imprensa da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável trabalhou no acompanhamento e divulgação de todas as ações desenvolvidas pelas coordenações, bem como na definição de estratégias e planejamento para comunicação de temas relevantes para a cidade.

Entre as ações alinhadas com demais assessorias de imprensa de secretarias municipais com publicações no site da prefeitura e portais locais de notícia:

- 1) a demolição de imóveis em risco no CBR, com cobertura de todo o processo pela imprensa local, mais produção de vídeo para as redes sociais da PMJP. Temos trabalhando junto com a Coordenação Ambiental e Defesa Civil para definição do Plano de Ação de Emergência e Contingência (PAEC) e planejamento da comunicação no que diz respeito às demolições;
- 2) realização de reuniões setoriais na comunidade Santa Clara para apresentação do resultado dos estudos das áreas de risco no território com produção de vídeo com detalhes do processo;
- 3) atividades nos residenciais de contrapartida com cobertura completa;
- 4) realização de reunião setorial com moradores da área rural de João Pessoa para início do cadastramento imobiliário;
- 5) planejamento para divulgação do IPTU/TCE 2023 com Secretaria da Receita + definições do aplicativo lançado pela prefeitura por meio do Consórcio responsável;
- 6) definições e realização de reuniões setoriais com moradores do Róger sobre implantação do Parque do Socioambiental do Róger;
- 7) planejamento da 1ª Audiência Pública junto à coordenação ambiental para apresentação de resultados e projeto conceitual do Parque Socioambiental do Roger;
- 8) planejamento e apoio para 1ª e 2ª Audiências Públicas do Plano de Ação Climática de João Pessoa.

A assessoria de imprensa da UEP também vem atuando, por meio da promoção do diálogo, na mediação de crise entre Prefeitura e moradores do CBR quanto às intervenções do Programas nas comunidades depois de protesto realizado por eles. Sob orientação da Secom e da SEGGOV, porém, o tratamento inicial se deu por meio de articulação do núcleo político da prefeitura, que ouviu os que manifestantes e se comprometeu a responder às demandas por meio de ofício. Todavia, com apoio de emissoras locais, conseguimos emplacar entrevistas e reportagens em programas de TV e rádio da cidade para combater fake news sobre o João Pessoa Sustentável e fazer com que a cidade compreenda o Programa.

Programamos ações junto aos moradores (crianças, mulheres, idosos) que acabaram prejudicadas pela tensão no território em virtude dos estudos das áreas de risco solicitadas por eles. O material precisou ser revisto e lideranças comunitárias se recusaram a receber a equipe de comunicação/transparência enquanto o resultado não fosse apresentado. A

pendência foi resolvida no início de 2023, com as reuniões setoriais.

➤ **Cartilhas**

Preparamos cartilhas sobre o Parque Socioambiental do Róger e outra sobre todo o Programa João Pessoa Sustentável. A primeira foi levada à população do Róger, a segunda será distribuída na Audiência Pública do CBR, prevista para ser realizada no fim de março de 2023.

O material também será distribuído nas escolas e secretarias, de modo que estas também atuem como polos multiplicadores;

Participamos da revisão e correção da cartilha do João Pessoas, cidade inclusiva e diversa e temos acompanhado o passo a passo do projeto, com reportagens e produção de vídeo.

Em produção a cartilha sobre Compra Assistida.

➤ **Aquisição de equipamentos para TV Cidade/Secom**

ETP em fase de produção pela gerenciadora. Tão logo os equipamentos sejam comprados, estaremos o programa semanal João Pessoa Sustentável.

➤ **Sistema de Queixas e Reclamações (SQR)**

Monitoramento do controle de ocorrências do consórcio: das 165 demandas, 93 foram respondidas até dezembro de 2022. Comunicação alinhando com coordenação de Aspectos Sociais e consórcio uma melhor estratégia para recebimento das demandas.

➤ **Página do Programa na internet**

Estamos alinhando com a TI da Secom um novo site mais intuitivo, dinâmico e com abertura de canal para recebimento de sugestões, queixas e reclamações. Textos foram revisados e ajustes estão sendo feitos para que a página esteja no ar até a Audiência Pública prevista para o fim de março.

Seguem, abaixo, links dos materiais produzidos pela AI da UEP no site da PMJP:

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/estudo-que-mapeia-todo-o-territorio-de-joao-pessoa-revela-tamanho-da-cobertura-verde-da-cidade/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/joao-pessoa-sustentavel-cria-comissoes-de-acompanhamento-permanente-nas-comunidades-do-complexo-beira-rio/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/sem-categoria/projeto-de-requalificacao-do-antigo-lixao-do-roger-e-apresentado-as-secretarias-parceiras/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/joao-pessoa-sustentavel/eficiencia-fiscal-e-transparencia-publica-marcam-qualidade-da-gestao-na-prefeitura-de-joao-pessoa/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/estudo-que-mapeia-todo-o-territorio-de-joao-pessoa-revela-tamanho-da-cobertura-verde-da-cidade/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-entrega-certificados-de-conclusao-da-primeira-fase-do-projeto-joao-pessoas-cidade-inclusiva-e-diversa/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/equipes-do-programa-joao-pessoa-sustentavel-fazem-visita-tecnica-em-galerias-nas-comunidades-da-beira-rio/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/joao-pessoa-sustentavel-e-renovado-gracas-aos-avancos-das-acoes-do-programa-na-capital/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-retoma-plano-de-remocoes-na-comunidade-sao-rafael-e-garante-assistencia-as-familias/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-leva-atendimento-humanizado-as-mulheres-do-complexo-beira-rio%ef%bf%bc/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-e-moradores-discutem-projeto-basico-do-novo-parque-socioambiental-do-roger/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/joao-pessoa-sustentavel/joao-pessoa-sustentavel-e-cinco-secretarias-realizam-encontro-com-catadores-de-materiais-reciclavéis/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-realiza-consulta-sobre-parque-socioambiental-com-moradores-do-bairro-do-roger/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/joao-pessoa-sustentavel-realiza-1a-audiencia-publica-para-discutir-projeto-do-parque-socioambiental-com-moradores-do-roger/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/equipes-do-programa-joao-pessoa-sustentavel-se-reunem-com-criadores-de-animais-das-comunidades-da-beira-rio/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-dialoga-com-moradores-do-complexo-beira-rio-sobre-equipamentos-que-serao-instalados-na-area/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-de-joao-pessoa-seleciona-consultores-para-projeto-de-desassoreamento-diagnostico-ambiental-e-monitoramento-do-rio-jaguaribe/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/programa-joao-pessoa-sustentavel-e-apresentado-para-representantes-do-conselho-comunitario/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-investe-em-uma-cidade-mais-inclusiva-e-diversa-com-projeto-financiado-pelo-bid/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/joao-pessoa-sustentavel/cicero-lucena-recebe-equipe-do-bid-para-balanco-das-acoes-de-monitoramento-do-jp-sustentavel/>

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/gestao-governamental/centro-de-cooperacao-da-cidade-vai-permitir-uma-gestao-mais-eficiente-de-joao-pessoa/>

➤ **Mídias externas:**

<https://drive.google.com/file/d/1GnzybDw15hT6F2RDB2sUmdEQsuXpOjE1/view>

https://www.portalt5.com.br/noticias/single/nid/guardas-municipais-treinam-para-atender-publico-lgbtqia-em-joao-pessoa/?utm_source=whatsapp&utm_medium=compartilhe&utm_campaign=compartilhe

<https://m.politicaporelas.tv.br/2023/01/30/projeto-joao-pessoas-capacita-servidores-para-atendimento-humanizado-e-antidiscriminatorio/>

<https://politicaporelas.tv.br/2023/01/24/prefeitura-de-joao-pessoa-cria-aplicativo-e-facilita-acesso-do-contribuinte-a-dados-de-iptu-e-tcr/>

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO PROGRAMA

No segundo semestre de 2022 ocorreram avanços nos processos de aquisição que estavam em andamento, tais como:

 03 Processos homologados até 31/12/22:

- Serviços de adequação da rede elétrica, lógica e civis da infraestrutura física, instalação de software, suporte técnico e treinamento para o Data Center.
- Consultoria Individual para apoiar a implantação do Centro de Cooperação da Cidade CCC - 2 Etapa;
- Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças - Programa 12 do MGAS (aquisição parcial dos itens).

 01 Reconhecimento parcial de Contrapartida até 31/12/22:

- Conjunto Habitacional – Vista Alegre;

Neste segundo semestre de 2022, foram solicitados dois desembolsos, o primeiro de US\$ 1.500,000,00 em agosto/2022 e o segundo de US\$ 5.000,000,00 em novembro/2022, dos recursos financiados pelo BID. Em 2023 está previsto um maior número de contratações, estas comprometerão um maior valor e implicará em novas solicitações de desembolso para 2023 e em montantes maiores, em virtude principalmente da previsão de contratações de várias obras do Programa, como os Habitacionais do CBR e o CCC.

Como observado nos capítulos anteriores, ocorreram alterações na equipe da UEP, mas estas alterações ocorreram de forma que os novos profissionais possam auxiliar no desenvolvimento do Programa da melhor forma com suas experiências e capacidades.

Como apresentado em capítulos anteriores, no último semestre a Prefeitura obteve a aprovação do Pleito de alteração para o Contrato de Empréstimo, reduzindo o montante de contrapartida aplicado no Programa, aumento de prazo de desembolso em 2 anos e redução de escopo na retirada de dois itens que em análise, foi observado que sua retirada não afetaria as metas previstas para o Programa.

Como aplicado em períodos anteriores, estão sendo mantidas as ações para a gestão do programa, foram instituídas ações no nível Estratégico, Tático e Operacional. A UEP em conjunto com a Gerenciadora tem buscado analisar cada entrega do Programa, para que o objetivo final de cada produto possa ser alcançado da forma mais ágil e na maior qualidade, seguindo todos fluxos necessários. Ocorrem reuniões semanais com as coordenações sobre os avanços de cada entrega que está sob sua responsabilidade, de forma mensal ocorrem as reuniões de monitoramento com o BID para apresentação dos avanços que ocorreram nas semanas e apresentação de novas ideias e planejamento para a execução.

11. ANEXO I

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/08/2022 | Edição: 165 | Seção: 3 | Página: 66

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

EXTRATO DE CONVÊNIO

1. NATUREZA: Convênio celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), os Municípios e o Distrito Federal aderentes, relacionado(s) ao final, com a participação da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

2. OBJETO: Firmar a adesão realizada pelos ENTES FEDERADOS ao padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica, bem como exercer opção por produtos disponíveis pelo Sistema Nacional da NFS-e, de acordo com o disposto no artigo 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

3. VIGÊNCIA: Por prazo indeterminado a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

ENTES FEDERADOS ADERENTES	UF	CNPJ	Nº DO PROCESSO	DATA DE ASSINATURA
MUNICÍPIO DE PARAÚNA	GO	02.394.765/0001-89	10265.354577/2022-03	18.08.2022
MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	BA	04.214.419/0001-05	10265.354850/2022-91	18.08.2022
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	RS	92.963.560/000160	10265.352872/2022-17	04.08.2022
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	PB	08.778.326/0001-56	10265.355294/2022-71	15.08.2022
MUNICÍPIO DE MINEIROS	GO	02.316.537/0001-90	10265.343406/2022-41	08.08.2022
MUNICÍPIO DE COSTA RICA	MS	15.389.596/0001-30	10265.356012/2022-52	11.08.2022
MUNICÍPIO DE SALVADOR	BA	13.927.801/0001-49	10265.345279/2022-14	05.08.2022
MUNICÍPIO DE MARABÁ	PA	05.853.163/000130	10265.358212/2022-40	19.08.2022
MUNICÍPIO DE VITORINO	PR	76.995.463/0001-00	10265.356020/2022-07	18.08.2022
MUNICÍPIO DE ALFENAS	MG	18.243.220/0001-01	10265.359105/2022-39	22.08.2022
MUNICÍPIO DE PARANÁ	RN	08.148.454/0001-16	10265.362017/2022-14	23.08.2022
MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES	RN	08.153.819/0001-09	10265.361933/2022-37	24.08.2022
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO	SP	46.231.890/0001-43	10265.355893/2022-94	25.08.2022
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	RO	05.903.125/0001-45	10265.364415/2022-75	23.08.2022

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

12. ANEXO II



Memorando (interno) 4.030/2023



Joseuma B. **UEP-COORFORTGEST**
(via WEB)

Para
SEAD-CC-PRESIDEN...
A/C Roberto O.

Em 09/01/2023 às 11:32

Serviços de Digitalização de Processos de Licitação - Programa João Pessoa Sustentável

Bom dia!

No âmbito do Programa João Pessoa Sustentável existe uma linha de aquisição referente a serviços de Digitalização de Processos de Licitação para a Secretaria de Administração Municipal.

Nesse sentido, gostaria do posicionamento dessa Secretaria referente a necessidade por tais serviços, visto que se faz necessário elaboração de documentos para dar andamento a tal aquisição.

Att,

—
Joseuma de Souza Barbosa

Despacho 1- 4.030/2023

19/01/2023 às 16:37

Respondido



PMJP » SEAD »
**SEAD-CC-
PRESIDENCIA**
Roberto Naves de
Oliveira - *Presidente*
Central de Compras



PMJP » SEGOV
» SEGOV-UEP »
**UEP-
COORFORTGEST**
A/C Joseuma de
Souza Barbosa -
Coordenação de
Fortalecimento da
Gestão

Joseuma,

Ratificando o que falamos, via telefone, considerando que as digitalizações são exclusivas para a Central de Compras, informo que, com a implementação do 1doc, os processos atuais já nascem digitais.

Com relação ao legado, estamos finalizando uma licitação para digitalizar tudo o que está em meio físico.

Também, estamos licitando um sistema de gestão para a Central de Compras. Portanto, a digitalização específica para a central de compras é desnecessária.

Atenciosamente,



Despacho 2-

4.030/2023

27/02/2023 às 11:03

Encaminhado



PMJP » SEGGOV
» SEGGOV-UEP »
UEP-
COORFORTGEST

Joseuma de Souza
Barbosa -
Coordenação de
Fortalecimento da
Gestão



SEGGOV »
SEGGOV-UEP
A/C Mariana Moura
Fontenele de Brito -
Assessora Técnica

Prezado Coordenador!

Em referência ao Ofício de Solicitação de Exatidão da Linha do Plano de aquisições (3.3) - Serviços de Digitalização dos processos de licitação - Valor US\$ 100.000,00 pela Gerenciadora Àquila, visto que o Presidente da Central de compras no Despacho 1 esclarece que a Gestão está adquirindo os referidos serviços com recurso próprio.

Att,

